

Sistémica e pragmática dos sufixos avaliativos

Graça Maria Rio-Torto

1. Ainda que frequentemente invocadas, ou apenas pressentidas, raramente as funções ilocutórias que os sufixos avaliativos desempenham têm sido analisadas na sua correlação com os valores sistémicos por que estes se definem, no quadro do sistema derivacional a que pertencem.

A não demarcação dos valores sistémicos e dos valores ilocutórios adstritos aos operadores avaliativos e a conseqüente não consideração do modo como se interrelacionam têm sido responsáveis por análises menos conseguidas, a que não são alheios outros pressupostos igualmente questionáveis, que importa reconsiderar.

Durante muito tempo vigorou a ideia de que os traços de expressividade, apreciação, depreciação, (des)sintonia, (não) empatia, adstritos a alguns derivados seriam essencialmente, para não dizer exclusivamente, imputáveis aos sufixos neles presentes. São numerosos os testemunhos desta posição. Deles se destaca aqui o de Rodrigues Lapa, que afirma: «É nos sufixos que a descarga das paixões se dá com maior energia. Os sentimentos que vulgarmente agitam a nossa alma e que se resumem, afinal, no amor e na aversão que manifestamos de ordinário pelas coisas e pelas pessoas, reflectem-se perfeitamente em alguns dos sufixos»¹.

Esta ideia, que perdura até aos nossos dias, assenta numa concepção afixocêntrica da produção lexical, que omite o papel que as bases e os mecanismos derivacionais desempenham no processamento genolexical. Ora, não é teoricamente aceitável que a estrutura semântica dum produto derivacional ignore as informações semânticas aduzidas por todos os seus elementos constituintes, sob pena de a sua natureza compósita ser posta em causa. Ao mesmo tempo, não é possível alhear a ocorrência do sufixo e a do produto da do enunciado e do acto de fala em que eles se inscrevem, ignorando as relações de condicionamento recíproco que entre uns e outros se estabelecem.

1. Cf. Manuel Rodrigues LAPA, *Estilística da língua portuguesa*, 3ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro (Livraria Acadêmica), 1959, p. 90.

Embora não exclusivamente, é sobretudo sobre os sufixos diminutivos e sobre os aumentativos que mais frequentemente recai a responsabilidade da expressão dos valores afectivos e/ou axiológicos acima mencionados.

Uma vez mais, o autor citado atribui a *-inh-* os valores de pequenez, de ternura e, por vezes, de ironia ou de depreciação, e caracteriza *-it-* pela pequenez e/ou depreciação ligeira, em contraste com a acentuada pejoração veiculada por *-ec-*, *-alh-*, *-az*, *-óri-* e *-esc-*.

Dos derivados de *livro* que analisa, só *livrete* não tem «significado afectivo», pois designa “livro pequeno, caderneta”. Todos os outros (*livrinho*, *livrito*, *livreco*, *livrório*, *livralhaz*, *livralhada*) apresentam «valor sentimental». Assim, em *livrinho*, «o sufixo *-inho* deu à palavra não tanto um significado de pequenez, como mais ainda de ternura. *Livrinho* pode não ser um livro pequeno, pode ser um livro com as dimensões vulgares; mas é certamente coisa querida e apreciada. [...] *Livrito* significa “livro pequeno”, sem mais complicações sentimentais. [...] *Livreco* é um mau livro, pelo qual se nutre desprezo ou antipatia. [...] Em *livrório* já temos uma ideia aumentativa. [...] *Livrório* significará “um livro grande, mas de pouco valor”. [...] se formarmos o derivado *livralhaz*, lá metemos, por via dos morfemas *-alho* e *-az*, um sentimento pejorativo. [...] *livralhada* suscita em nós uma ideia colectiva, sugerida pelo sufixo *-ada*, e uma ideia depreciativa, representada pelo morfema *-alho*.»².

Ainda que presumivelmente esta descrição não colida com a competência e com a sensibilidade linguísticas dos falantes, a verdade é que ela deixa em aberto várias questões cruciais, sobre as quais importa reflectir. Uma delas consiste em saber se as significações assinaladas também têm lugar quando os sufixos se anexam a bases de outro tipo, designadamente a adjectivos e a verbos, e se se mantêm constantes quando os sufixos se agregam a bases nominais de estrutura semântica diversa. Só o conhecimento do seu comportamento noutras circunstâncias permitiria confirmar ou infirmar a validade dos valores assinalados e, de forma mais segura, só o conhecimento do paradigma derivacional em que os sufixos se inscrevem permitiria extrair conclusões mais fidedignas.

Por outro lado, importa equacionar até que ponto é legítimo continuar a manter que *-inh-* é veículo de diminuição, de apreciação e de ternura, *-ec-* é suporte de antipatia, de depreciação, de desprezo, *-óri-* de aumento e de depreciação, *-alh-* de pejoração, e *-it-* de diminuição, sendo neutro do ponto de vista afectivo.

Qual o estatuto destas propriedades associadas aos sufixos e/ou por eles desencadeadas?

2. Cf. M. Rodrigues LAPA, *IDEM*, p. 91-92.

A cabal dilucidação da problemática exposta envolve uma reflexão sobre as dimensões sistémica e enunciativo-pragmática dos constituintes e dos produtos lexicais. É essa problemática, aplicada de forma particular aos operadores e aos produtos avaliativos, que nos propomos explorar. A análise deste sector derivacional, mais do que a de quaisquer outros, requer a clarificação (i) do estatuto de que os traços axiológico-afectivos presentes nos constituintes e nos produtos derivacionais gozam e (ii) e do modo como esses traços se relacionam com os valores ilocutórios que afectam os produtos.

A reflexão que nos propomos empreender assenta nas seguintes duas premissas:

- a de que se torna indispensável distinguir dois níveis de análise essenciais, se bem que frequentemente indissociados: o que releva do sistema derivacional e o de utilização comunicativo-pragmática dos constituintes e dos produtos derivacionais.

É a não consideração destes níveis de análise que explica o facto de frequentemente se atribuírem aos afixos valores semânticos variáveis e diversos que não representam mais do que os sentidos discursivos que as palavras com ele construídas veiculam nos actos de fala em que se integram.

- a de que a semântica das palavras e dos seus constituintes não é inteiramente dissociável do seu uso, antes reflecte e incorpora os factores e as condições da sua utilização. A sua descrição deve portanto ter em conta os actos de linguagem em que estas são produzidas, ou seja, quem fala, com e/ou para quem se fala, de que se fala, para que se fala, em que circunstâncias se fala. Por isso também a descrição da estrutura semântica dos itens lexicais deve incluir as instruções necessárias para o seu uso comunicativamente adequado e eficaz.

2. A hipótese central que aqui se apresenta tem por base o pressuposto de que a identidade dos sufixos avaliativos está fortemente relacionada com o seu funcionamento pragmático. Mais concretamente, o comportamento pragmático e a força ilocutória dos sufixos avaliativos está directamente relacionada com as relações axiológico-afectivas que eles instauram, quer em relação ao avalia(n)do, quer em relação ao alocutário. São estas relações que conferem aos sufixos a possibilidade de eles funcionarem como marcadores atitudinais e, por conseguinte, como **activadores-detonadores** de atitudes e de reacções de preferência não dissonantes por parte do interlocutor.

Esta hipótese de trabalho inscreve-se numa concepção integrada e interactiva da sistémica e da pragmática dos factos linguísticos, segundo a qual a dimensão pragmática dum língua está inscrita na sua estrutura interna e, portanto, na sua gramática. Como afirma Joaquim Fonseca, «a língua apresenta-se como um sistema de virtualidades que integra em si mesmo o processo que é o seu próprio funcionamento. [...] a estrutura da língua incorpora as condições do seu uso»³. Na verdade, fácil se torna observar que são de determinação recíproca as conexões entre a estrutura dum língua e o seu funcionamento pragmático, pois ao mesmo tempo que reflecte, é também aquela que potencia este. O funcionamento e o uso dum língua conformam e determinam a sua estrutura e a sua orgânica, sendo por estas legitimados. A identidade dum língua define-se pelo seu funcionamento.

Por outro lado, toda a prática discursiva, e portanto também todos os seus ingredientes e as relações que entre si mantêm, reflectem a presença do da instância e das circunstâncias da enunciação. A língua não é alheia à(s) instância(s) e às circunstâncias da sua utilização.

Por último, a utilização dum língua não é uma prática atética, afinalística, ou inconsequente, mas envolve sempre a realização de determinadas acções.

Atendendo ao exposto, não se estranhará portanto a assunção de que «les phénomènes pragmatiques et énonciatifs sont partie prenante de la constitution de la signification lexicale»⁴. O comportamento das propriedades axiológico-afectivas e dos items avaliativos revela que assim é.

Como acima ficou dito, a produção de significações é indissociável da **instância** e das **circunstâncias** de enunciação, e é-o tanto mais quanto todas as variáveis que dela tomam parte (locutor, alocutário, situação interlocutiva, universo de crenças e de referências a que o acto de fala se reporta, finalidades e efeitos deste) se projectam nos enunciados produzidos, conformando-os de forma vária. A significação dos items lexicais não é alheia a estas coordenadas, que indelevelmente a determinam. Sem pretender que o semantismo dum signo se identifica com as **motivações** que presidem ao seu uso ou com os **efeitos** que o recurso a esse signo gera, ou seja, com o modo como o seu uso pode transformar a situação inter-subjectiva, inter-accional e/ou o estado de coisas a que o acto de fala se reporta, é inegável que há estreitas relações entre valor sistémico e valor discursivo-pragmático dum signo: as funções ilocutórias que os traços axiológicos e os afectivos podem desempenhar são dela exemplo; o estatuto e o comportamento discursivo dos sufixos avaliativos também.

3. Cf. Joaquim FONSECA, O lugar da pragmática na teoria e na análise linguísticas. In: *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do português*. Porto (Porto Editora), 1994, p. 95-104. A citação reporta-se às p. 100-101.

4. Cf. Bernard FRADIN, *Pragmatique et constitution de la signification lexicale*, p. 117.

Comecemos por reflectir sobre os modos de inscrição da instância de enunciação no enunciado, suas motivações, seus objectivos e seus efeitos. Neste âmbito, importa pôr em relevo a importância e as consequências práticas de que se reveste a presença da instância de enunciação no enunciado, e de que forma ela pode influenciar, orientar ou até determinar a força ilocutória deste.

É consabido que os enunciados reflectem a presença dos elementos centrais da relação interlocutiva e interactiva que todo o acto de comunicação verbal instaura — o locutor e o alocutário —, sendo de natureza diversa as marcas linguísticas que testemunham a sua subjectividade, a sua afectividade, os seus sistemas axiológicos, os seus universos de saberes e de crenças. Mas a importância dessas marcas transcende largamente a expressão ou a manifestação da subjectividade. A explicitação da subjectividade pode constituir uma forma de investimento e de inter-acção.

Relevam do sujeito de enunciação, antes do mais, a estrutura temática e informacional seleccionadas, a organização textual das mesmas, as **estratégias** discursivas activadas, as estruturas linguísticas e prosódicas instanciadas, em vista à consecução dos propósitos e dos objectivos que animam esse mesmo sujeito. De todas as formas de inscrição do sujeito no enunciado vamos debruçar-nos sobre as que relevam das esferas axiológica e avaliativa.

Antes, porém, importa reter o seguinte: os factos que atestam a inscrição no enunciado do sujeito de enunciação funcionam como suporte de valores ilocutórios ao serviço de diferentes tipos de **estratégias**, como elementos de uma retórica da persuasão que, de forma mais ou menos velada, procura influenciar o alocutário, sintonizá-lo com os pontos de vista do locutor. Os itens marcados afectivamente e/ou axiologicamente, além da função de servir a expressão da subjectividade (sentimentos, emoções, valores, atitudes, opiniões), são igualmente portadores de carga ilocutória que visa, desde logo, despertar reacções homólogas ou, pelo menos, de sintonia no interlocutor.

Assim, além de traduzirem/reflectirem a relação/atitude afectiva que o falante mantém com o avalia(n)do, as propriedades de natureza afectiva são usadas como potenciais desencadeadores duma reacção, preferencialmente não dissonante, por parte do alocutário.

Por sua vez, as propriedades axiológicas traduzem os juízos que o falante formula relativamente àquilo de que fala. Também aqui o falante se expõe, pois a formulação dum juízo de valor reporta-se a sistemas ou padrões individuais, particulares, coincidentes ou não com os demais padrões de avaliação. Mas também aqui a exposição que o falante faz de si mesmo não é aleatória, gratuita, ou sequer absolutamente transparente. Os traços axiológicos têm, aliás, um estatuto híbrido: ao mesmo tempo que informam acerca da disposição ou da atitude favorável/desfavorável do falante relativamente àquilo de que fala, dão também informações

sobre a boa/má qualidade daquilo de que se fala e/ou sobre a boa/má representação que o falante tem dessa realidade.

Por outro lado, e por último, são conhecidas as estreitas conexões que existem entre os traços afectivos e os traços axiológicos, patentes em numerosas palavras (*admirável, irritante*). Mas para além do conteúdo informacional, relativo ao ‘objecto’ e ao falante, eles conferem uma determinada orientação argumentativa ao discurso, colocando-se assim ao serviço das **estratégias** discursivas e interactivas que o falante imprime ao enunciado e ao acto de linguagem que este suporta.

Por conseguinte, a relevância das propriedades axiológicas, afectivas, expressivas não se circunscreve ao papel de veículo e de suporte de subjectividade, mas avulta sobretudo nas utilizações pragmáticas a que essas propriedades se prestam, como mediadoras e/ou depositárias de (inter) subjectividade. Essas marcas funcionam, na prática, como **indicadores-activadores** de atitudes, de intenções e/ou de relações que o falante visa pôr em prática, através do seu enunciado. Importa reflectir sobre quais as razões — e também sobre quais as consequências — pelas quais a explicitação da subjectividade por parte da instância de enunciação, e designadamente através de traços/items axiológicos, afectivos, avaliativos, funciona como um poderoso expediente ilocutório.

Uma das **estratégias** discursivas frequentemente adoptadas para sintonizar o alocutário com os pontos de vista do locutor, levando-o a actuar em conformidade com os intuitos deste, consiste em manifestar a subjectividade por via de **operadores ilocutórios**, cuja eficácia pode ser tanto maior quanto mais dissimulados ou ocultos estiverem os parâmetros de valor do falante. Em caso de avaliação, apenas o resultado desta é patenteado; os critérios de avaliação são omitidos.

De forma inequivocamente subtil, o falante serve-se do poder influenciador que a componente subjectiva ou expressiva pode exercer sobre o alocutário para orientar e eventualmente tentar alterar a atitude deste face ao objecto de referência. Mas embora se assuma como autor da representação verbalizada e também como fonte da avaliação a esta subjacente, só em caso de necessidade (nomeadamente de interpelação) o locutor desvenda os critérios que presidem à avaliação processada. A omissão da escala e/ou da dimensão a partir da qual esta se processa constitui, aliás, um tipo de **estratégia** bastante eficaz, pois permite que as predicções avaliativas, axiológicas e afectivas tentem fazer-se passar por absolutas e formuladas a partir de si mesmas. Ora, reportando-se a juízos não de facto, mas de valor, e sendo portanto assentes em representações do foro subjectivo, as propriedades avaliativas, axiológicas e afectivas, mesmo que empiricamente contestáveis, não perdem validade e legitimidade, o que aumenta a força ilocutória das predicções que elas sustentam.

A este facto não serão alheios os contornos aparentemente contraditórios que a instanciação de expedientes deste tipo assume. Ao recorrer a operadores avaliativos, o sujeito de enunciação projecta-se no discurso mas de forma não categórica nem impositiva, desde logo porque é sob uma forma modalizada que a avaliação por eles operada e o estado de coisas descrito, é veiculada. Acresce ainda que a fonte da avaliação se dissimula na relativa ambivalência que muitos dos operadores avaliativos permitem. Ora, escusando-se a explicitar os parâmetros de avaliação, esta aparece como que naturalizada, o que reforça o seu poder ilocutório.

Diversos são os tipos de itens lexicais — bases, afixos, produtos — em que se faz sentir a presença de traços avaliativos. Importa sublinhar, porque se trata dum aspecto frequentemente desconsiderado, que muitos dos traços avaliativos, axiológicos, afectivos e expressivos que afectam os derivados têm origem nos próprios elementos derivantes. Na significação das próprias bases genolexicais estão ou podem estar inscritas marcas avaliativas, axiológicas e expressivas, que decorem das representações (estereo)típicas associadas àquilo que elas designam. Também numerosos operadores afixais são marcados por traços deste tipo, que igualmente podem ser transferidos para os seus derivados. Mas também a categoria ou a área semântico-referencial a que o derivado se associa e o próprio contexto discursivo em que este se inscreve podem exercer uma influência determinante na orientação das marcas avaliativas, axiológicas, expressivas de que ele se passa a rodear.

É conhecido que os traços axiológicos, afectivos e expressivos que afectam os itens lexicais constituem recursos extremamente eficazes. São eles que, em grande parte, fazem com que os afixos avaliativos funcionem como suporte e como activadores de intersubjectividade. Qual o estatuto que esses traços têm nos sufixos diminutivos e aumentativos, e o modo como se relacionam com o seu valor sistémico e ilocutório é o aspecto sobre o qual nos debruçamos de seguida.

Atendendo à sua capacidade de funcionar como veículo e como instrumentos das representações axiológicas e/ou afectivas que o avaliador tem do avaliado, os sufixos avaliativos podem orientar positiva ou negativamente o semantismo derivacionalmente construído das palavras em que ocorrem; e nesta medida eles são usados como poderosos mediadores/detonadores ilocutórios.

Com efeito, os operadores avaliativos são elementos de grande rendibilidade interaccional, pois ao mesmo tempo que colaboram na construção do conteúdo cognitivo e referencial do texto, ajudam também a explicitar a representação que o falante tem do objecto avaliado e a atitude (favorável/desfavorável, positiva/negativa) que em relação a este mantém. Em virtude destas características, os operadores avaliativos sinalizam o sentido da interacção verbal, valendo por isso como instrumentos ao serviço das **estratégias** comunicativas do falante, e assumindo assim duplamente a função ilocutória de signos que têm a um tempo valor de

índices e de marcadores atitudinais.

Finalmente, por serem frequentemente usados em determinados tipos de actos de linguagem, certos operadores acabam por absorver alguns dos traços/conteúdos ilocutórios que activam. De mediadores, transformam-se em depositários desses valores, que passam a acompanhá-los de forma mais ou menos regular e convencional.

3. Analisemos agora mais de perto a sistémica dos sufixos avaliativos, para a partir do seu conhecimento compreendermos melhor o seu funcionamento pragmático.

Começaremos por identificar os valores sistémicos dos afixos, assinalando o lugar que cada um ocupa na escala avaliativa. Num segundo momento dar-se-á conta dos usos ilocutórios ancorados nos valores sistémicos e dos reflexos do ilocutório no sistémico. LAC

As premissas em que assenta esta análise resumem-se ao seguinte:

- os sufixos diminutivos e aumentativos não se definem como apreciativos ou como depreciativos, mas antes como operadores avaliativos: o valor derivacional de cada um, e portanto o sentido da avaliação por ele processada, é definido intraparadigmaticamente, em função das relações que mantém com os demais operadores isofuncionais; dentro da escala bipolar e contínua que o paradigma avaliativo recobre, cada sufixo ocupa uma dada zona, de fronteiras não rígidas, que se situa na zona diminutiva ou na aumentativa do eixo avaliativo. A relação de complementaridade entre os sufixos decorre não apenas da zona que cada um ocupa na escala avaliativa, mas também das marcas não sistémicas que os afectam. [os sufixos distribuem-se de forma complementar ao longo do eixo avaliativo, situando-se no sentido diminutivo e no sentido aumentativo do mesmo. as marcas mais ou menos regulares convencionalmente associadas a cada afixo estão fortemente correlacionadas, para não dizer condicionadas, pelo seu uso ilocutório]. -

- as funções ilocutórias que os sufixos aumentativos e diminutivos desempenham **alicerçam-se no valor sistémico** que os define no sistema derivacional da língua. Mas ao mesmo tempo que o ilocutório se explica à luz do sistémico, também **alguns dos valores convencionalmente associados** aos operadores e aos produtos em que estes ocorrem **enraízam na sua utilização pragmática**. Ainda que estreitas, as relações de reciprocidade entre o valor sistémico e o ilocutório não se anulam nem se subsumem uma na outra.

Em trabalhos anteriores sustentei que a apreciação ou a depreciação, ainda que estando presente em muitos produtos avaliativos, não é definitiva ou configurante dum paradigma derivacional do português⁵. A apreciação ou a depreciação afixalmente expressas seriam então duas modalidades de manifestação da operação de avaliação, que a regra de formação de produtos avaliativos (RFP AVAL) consubstancia.

Sem excluir que a avaliação possa afectar exclusivamente a qualidade de Xb (item de base), postula-se que a operação semântica instaurada pela RFP AVAL não se define como especificamente ou estritamente qualitativa. A avaliação por esta operada pode incidir sobre propriedades de natureza quantitativa e/ou qualificativa.

Através do processo de avaliação pondera-se, estima-se o grau de ocorrência, de manifestação, de presença, de plenitude duma dada propriedade (*p*). Mais rigorosamente: afere-se comparativamente qual o grau de ocorrência ou de manifestação de *p*, presente em Xb (item de base), em Xd (item derivado).

As propriedades que são objecto de avaliação podem ser de natureza quantitativa e/ou qualificativa. Num caso ou noutro o processo de avaliação consiste em assinalar/manifestar a existência, a ocorrência, a plenitude de *p* em grau superior/inferior àquele que *p* apresenta em Xb, sendo que *p* representa a(s) propriedade(s) quantitativa(s) ou qualitativa(s) de Xb afectada(s) pela avaliação, ou representa o próprio Xb, quando este se define por *p*. O que está em causa no processo avaliativo é a ponderação do grau de intensidade, manifestação e/ou de plenitude/qualidade de *p* relativamente a/em Xd. O resultado dessa ponderação traduz-se pela expressão da baixa ou da alta quantidade e/ou qualidade de *p*. Quando a avaliação incide sobre a qualidade de *p* há lugar a uma sua desqualificação ou a uma sua sobrequalificação; diz-se do avaliado (Xd) que ele se apresenta como portador de mais/menos qualidade que Xb, maior/menor qualidade que Xb, melhor/pior qualidade que Xb, boa/má qualidade.

Não é forçoso que haja uma relação simétrica entre diminuição e desvalorização, entre intensificação e sobrequalificação ou, inversamente, entre diminuição e sobrevalorização ou entre aumento e desqualificação. A avaliação quantitativa pode fazer-se acompanhar duma atitude apreciativa, de distanciamento subjectivo ou de depreciação, em função de factores diversos. A redução ou a intensificação de *p*/Xb pode ser objecto de apreciação ou de depreciação, em virtude da carga positiva ou negativa que acompanha *p*/Xb, ou da carga positiva ou negativa que acompanha o excesso ou a insuficiência/exiguidade de *p* em Xd. Pode até acontecer que haja lugar à intensificação apreciativa quando o sufixo usado é de tipo diminutivo, ou que ocorram distanciamento subjectivo ou depreciação associados à presença de sufixos aumentativos. Se o que se avalia é à partida negativamente visto, o uso de um

5. Cf. Graça Maria RIO-TORTO, *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Universidade de Coimbra, 1993, cap. IV.

diminutivo (de um operador de atenuação) tende a mitigar a má qualidade do avaliado, ao passo que o uso de um intensificador realça ou reforça a baixa qualidade de Xb. Acresce que pode haver representação cognitiva com valor negativo mas com orientação positiva, e representação cognitiva com valor positivo mas com orientação negativa. Normal é, todavia, que haja uma relação de sintonia entre desqualificação e distância afectiva do avaliador, e entre sobrequalificação e empatia por parte deste.

Na medida em que a avaliação corresponde à representação que o avaliador tem de Xb, o facto de se dizer que Xd tem menos/menor qualidade que Xb traduz uma visão negativa de Xb e, na maior parte dos casos, a essa visão negativa associa-se uma atitude desfavorável, um certo distanciamento. Mas não é imperativo que à expressão de menor qualidade ou até mesmo à desqualificação corresponda dessintonia por parte do avaliador. Ainda que haja correlação entre a representação qualitativa que o falante opera e a reacção ou a atitude que o avalia(n)do nele desperta, não é necessário que essa relação seja de coincidência. Pode haver desfasamento entre o sentido (favorável/desfavorável) da avaliação que o falante faz de Xd e a reacção ou a atitude afectiva (agrado/desagrado) que experimenta em relação a(os efeitos de) Xd.

No entanto, não havendo indicações em contrário, pressupõe-se que haverá sintonia entre o sentido da avaliação qualitativa e o da atitude axiológico-afectiva que lhe pode estar associada.

É a própria natureza do acto avaliativo que, em larga escala, explica a possibilidade de os sufixos avaliativos funcionarem não apenas como operadores de desqualificação ou de (sobre)qualificação, de subvalorização ou de (sobre)valorização, de depreciação ou de apreciação, mas sobretudo como fóricos de sinal positivo ou negativo, e logo como marcadores ilocutórios de sintonia ou de dessintonia, de empatia ou de não empatia.

É que ao mesmo tempo que através dos afixos se dão informações sobre a boa/má qualidade daquilo de que se fala dão-se também informações sobre a boa/má representação que o falante tem do avaliado e/ou sobre a disposição ou a atitude favorável/desfavorável do falante relativamente a este. Por isso os sufixos são usados não tanto ou não apenas como avaliadores de *p*, mas como instrumentos de expressão da relação afectiva ou axiológica que o sujeito mantém com *p*/Xd, como indicadores da relação axiológico-afectiva que recai sobre Xd, e portanto como orientadores de relação atitudinal.

Não obstante, a orientação positiva ou negativa da avaliação raramente é determinada unilateralmente pelo sufixo. Embora o sufixo traduza a representação positiva ou negativa, favorável ou desfavorável que o falante tem do avalia(n)do, o carácter positivo/negativo do derivado não depende só do sufixo; só aliás assim se explica a bivalência interpretativa de alguns derivados. O mais das vezes, o sentido favorável ou desfavorável da avaliação é

condicionado por factores diversos, entre os quais se incluem a natureza semântica das bases, os esteriótipos a estas associados às também às próprias operações de avaliação e, em particular, à expressão da desmesura ou da infraqualidade/quantidade; e ainda factores co(n)textuais como a estrutura prosódica e os mecanismos retórico-pragmáticos activados aquando da construção e da interpretação do texto.

Importa sublinhar, num breve excursão, que o contexto discursivo e os tipos de actos de linguagem que os enunciados instanciam podem determinar ou condicionar a orientação argumentativa do texto produzido e, no caso de esta existir, a orientação avaliativa deste.

Dos factores co(n)textuais mais actantes destacam-se a entoação e os esquemas **retórico-figurais** activados e que presidem à (des)construção do texto.

O **contorno entoacional** é correlato do tipo de atitude, axiológica ou afectiva, que o sujeito de avaliação experimenta em relação ao avalia(n)do. Uma entoação eufórica, favorável, corresponde a uma atitude do mesmo tipo e/ou à expressão de satisfação; uma entoação reservada, discreta, mitigada, reticente, desfavorável corresponde a uma atitude não eufórica, não favorável, reservada; por sua vez, uma entoação reforçada, enfática, exclamativa, valoriza as propriedades definitórias de Xb, enquanto uma entoação displicente ou reticente a atenua; uma entoação irónica contraria o sentido da avaliação literalmente expressa.

Os mecanismos retórico-pragmáticos desempenham igualmente um papel de relevo na produção de significações e de interpretações, podendo inflectir o valor ilocucional do enunciado. O eufemismo e, de forma mais sofisticada, a lítotes [atenua, diminui ou nega algo permitindo que daí se infira o contrário do literalmente expresso], temperam (aparentemente) o carácter excessivo das significações literais e dos juízos de valor a elas associados; pelo contrário, a ênfase, se tomar por escopo o excessivo/reprovável, acentua o carácter negativo do enunciado; a ironia inverte o semantismo literalmente expresso, introduzindo ao mesmo tempo uma nota de (ligeira) desqualificação.

O conhecimento dos efeitos que estes factores podem ter na orientação do sentido dum enunciado é, pois, fundamental para cabal interpretação deste, e em particular para a demarcação entre o que é o significado/o valor sistémico dum item/duma expressão e o que com ele/a se quer dizer. Por isso, nada sendo dito em contrário, os exemplos comentados supõem um contexto frásico e prosodicamente não marcado.

3.1. Tecidas estas considerações preambulares, importa equacionar de que modo se manifestam as relações entre avaliação quantitativa e qualificativa, e qual a distribuição dos sufixos em função dela.

Dos diferentes graus de avaliação sufixalmente expressos, vamos ter em conta apenas o grau diminutivo ou atenuativo, e o grau aumentativo ou de intensificação. São numerosos os sufixos ao serviço de um e de outro. Por isso nos referiremos apenas aos mais comuns e

disponíveis e/ou produtivos. No âmbito dos diminutivos salientam-se *-inh-*, *-it-* e *-et-*. Dos aumentativos sobressaem *-ão* e *-aç-*. Os demais sufixos mencionados têm uma vitalidade menos acentuada, sendo além disso marcados por traços convencionais de natureza vária.

Pode dizer-se que, não obstante as naturais flutuações e interferências entre graus de avaliação, é relativamente estável e bem delimitado o espaço que cada sufixo ocupa na escala avaliativa, sobretudo quando considerada nas suas dimensões estritamente quantitativas.

Já a distribuição dos sufixos sob o ponto de vista da avaliação qualitativa que operam é relativamente menos regular e menos sistemática, desde logo porque obedece a um conjunto mais variável de condicionantes.

Assim, poucos são os sufixos que instanciam apenas uma avaliação qualitativa de Xb, e mesmo assim não o fazem em todas as línguas funcionais, nem tão pouco de forma sistemática. Na língua comum, a avaliação assume uma feição eminentemente qualitativa com *-astr-*, *-ec-*, *-elh-*, *-óri-*, *-ózi-*, *-orr-* (*livreco*; *livrório*; *pastózia*; *poetastro*; *roupelha*, *sapatorro*). Nestes casos assinala-se a baixa, menor ou pior qualidade de Xd relativamente a Xb. Mas a desqualificação (ou o grau de negatividade) que é habitualmente associada a estes sufixos não só não é sistemática e comum a todas as línguas funcionais do português, como é igualmente variável diatópica, diastrática e diafasicamente.

Nos demais casos não há qualquer relação entre o sentido da quantificação e o da qualificação que eventualmente a acompanha. Assim sendo, como se compreende que a alguns sufixos estejam convencionalmente associados traços de natureza positiva e a outros traços de natureza negativa? A resposta a esta questão implica indagar previamente que factores determinam a significação axiológico-afectiva final do produto. //Ora, atendendo a que não há uma relação entre diminuição e depreciação e entre intensificação e apreciação, como se explica a distribuição dos sinais positivo e negativo pelos sufixos que se situam de um e de outro lado do eixo avaliativo? E como explicar que não sendo sistemáticas, as marcas de sentido positivo ou negativo estejam convencionalmente associadas a alguns sufixos?//

Importa sublinhar de novo que o carácter positivo ou negativo da avaliação não é da exclusiva responsabilidade do sufixo. A relação entre o carácter positivo, negativo ou neutro da base e o do derivado é determinada conjuntamente pelo semantismo da **base**, pelo do operador **sufixal**, pelos **esteriótipos** ligados à própria operação avaliativa, pelo contexto **discursivo-enunciativo** e pelo tipo de acto **ilocutório** em que o produto avaliativo se insere. Conjugadamente ou não, todos desempenham um papel importante na orientação do sentido favorável ou desfavorável do derivado.

as marcas há tendências, certamente já muito antigas, e que se explicam pelas condições da sua génese e pela necessidade de então se distribuírem complementarmente um tão elevado número de afixos isofuncionais. Fruto desta necessidade e em virtude dos usos a que cada um se ia prestando, a cada afixo foram-se associando algumas significações não sistémicas, mas

convencionais, que perduram como típicas ainda nos nossos dias.

--sem rejeitar a existência de tendências relativamente estabilizadas que associam a alguns operadores afixais um traço convencional de índole axiológica e/ou afectiva, a verdade é que esses traços representam propriedades convencionais, não sistémicas. Por isso importa matizar a visão tradicional segundo a qual os sufixos são portadores de significações avaliativas claramente definidas, no sentido positivo ou negativo.-- O sentido da significação qualitativa associada a cada sufixo acaba por ser determinada pelo uso ilocutório e, num movimento de refluxo, incorpora-se na estrutura convencional do sufixo. A chave da resposta às questões formuladas situa-se, pois, em parte, no foro do ilocutório.

A diminuição quantitativa não é necessariamente ou sempre acompanhada de diminuição de qualidade. O sufixo *-inh-*, sendo um diminutivo, funciona habitualmente, mas não sempre, como encarecedor/intensificador da qualidade: por exemplo, em *lindinho* a qualidade é diminuída mas não claramente desvalorizada, mas não afectada de forma claramente negativa; por sua vez, em *feinho*, porque a propriedade diminuída é já de si negativamente marcada, a presença de *-inh-* acaba por atenuar esse carácter negativo, funcionando como um operador negativo de orientação positiva. Porque assim acontece frequentemente, usualmente, esse traço fica-lhe convencionalmente associado; mas não se trata duma propriedade sistémica, apenas duma propriedade muito comum, que o uso consagrou, e que por isso o acompanha regularmente.

Complementarmente, *-it-* funciona como operador axiológico-afectivamente mais neutro, enquanto *-ec-* e *-elh-* são, na língua comum, operadores que incidem preferentemente na qualidade, orientando-se num sentido claramente negativo.

Assim, *-alh-* e *-orr-* são aumentativos preferentemente não positivos; *-ão* é um aumentativo neutro; *-inh-* é essencialmente um avaliador positivo/apreciativo; *-it-* ora alterna com *-inh-*, ora se demarca do grau de aproximação afectiva que este manifesta, traduzindo um ligeiro distanciamento subjectivo; a carga negativa aumenta com o uso de *-et-*, *-uç-*, sendo moderadamente desvalorizante com *-ec-*, e ainda mais intensa com *-elh-*, *-astr-*, *-óri-*.

Factores de natureza intraparadigmática (trata-se de um paradigma que comporta mais de meia centena de sufixos) ajudam igualmente a explicar a razão destas tendências. Esses factores prendem-se com o facto de se reservar para *-ão* a expressão não marcada subjectivamente de intensidade, e de se reservar para um sufixo de minoração, *-inh-*, a expressão da manifestação de adesão, apreço, sintonia ou intensidade afectiva. Enquanto *-inh-* é mediador de forte carga subjectiva/afectiva, o sufixo *-ão* tem tendência a funcionar preferentemente como marcador mais objectivo de intensidade, como intensificador neutro quanto à orientação positiva ou negativa da qualificação. Por contraste com *-ão*, sufixo que se

reserva mais para a expressão não marcada axiologicamente da intensidade, sendo portanto mais neutro desse ponto de vista, *-aç-* tende a projectar uma representação expressiva (*golaço* vs *golão*) ou mais distanciada axiológica ou afectivamente (*animalão* vs *animalaço*; *bandidão* vs *bandidaço*; *colherão* vs *colheraça*).

Por sua vez, a *calorzinho* e *solzinho* associam-se semas de intensidade que não provêm do valor minorador do sufixo, mas do conhecimento de que o uso deste serve intenções majorantes, incidentes não quanto à intensidade de Nb, mas quanto à extrema apreciação de que eles podem ser objecto. Outros exemplos são os de *saborosinho* e *saborosão*, ou *obrigadinho*, *obrigadão* (port. bras.) e *obrigadíssimo*. Ao uso de *-inh-* está associada uma carga de empatia e de afectividade a que os outros sufixos normalmente são alheios: *-ão* comporta-se mais como intensificador neutro da propriedade em si mesma do que como suporte da relação que o falante com ela mantém; *-íssim-* é usado para a manifestação neutra ou desprovida de carga subjectiva do grau máximo (e não apenas de um grau elevado) de uma propriedade.

Os exemplos que se seguem pressupõem um **contexto frásico e prosodicamente não marcado**.

Em caso de **intensificação**, se a base é marcada positivamente o derivado tende também a ser apreciativamente marcado: *amigão*, *bonzão*, *amorzão*; se a base é marcada negativamente, opera-se uma intensificação dos seus semas negativos, que se traduz por uma desqualificação acrescida, por uma desvalorização: *bandidão*; *burrancas*; *covardolas*; *maricão*; *mauzão*.

Esta relação directa entre o carácter positivo ou negativo da base e o do derivado é quebrada quando os sufixados usados são *-orr-* (*cabeçorra*) ou *-ang-* (*nariganga*), pois independentemente da avaliação qualitativa que é feita de Xb os derivados são marcados negativamente. Todavia, além de menos produtivos, os tipos semânticos de bases com os quais estes sufixos se combinam são manifestamente limitados.

Perante uma base não marcada nem positiva nem negativamente, o sentido da avaliação pode depender do sufixo usado, da natureza semântico-referencial da base ⁶, dos esteriótipos ligados à própria avaliação e dos valores que a instância de enunciação toma como prevalentes.

Assim acontece com: *carrão* ‘carro de dimensões acima da média; bom carro; carro de boa qualidade’, ou ‘carro exageradamente grande; carro grande mas mal proporcionado e/ou inestético’; *casacão* ‘casaco comprido e largo, de pano forte’, ou ‘casaco exageradamente grande e/ou mal executado, de mau corte, de tecido grosseiro ou inapropriado para a

6. As bases designadoras de ser humano definidas por propriedades atinentes ao estatuto social e/ou à profissão frequentemente se prestam a uma desvalorização ou desqualificação quando sujeitas a um processo de avaliação.

circunstância'; *barcaça* 'barco de grande porte para transporte (de combustível)', ou 'barco excessivamente grande'; *calorão/caloraça* 'calor intenso, agradável ou desagradável'.

Nestes casos o valor positivo ou negativo do derivado não releva dos seus constituintes, mas é função da avaliação subjectiva que o falante faz do avaliado. Face ao carácter neutral dos constituintes, só assim se compreende a bivalência a que os derivados se prestam, sendo objecto de representações favoráveis ou desfavoráveis.

A orientação favorável ou desfavorável que está associada àquilo que a palavra designa depende da tabela de valores que o falante toma como referência para o avalia(n)do; é em relação a esse limite de grandeza/qualidade que Xd é aferido; e embora possa não se tratar de um Xd (*carrão, casacão*) de má qualidade, ele é objecto de avaliação negativa ou desfavorável.

Em suma, nem sempre é ao sufixo que deve ser imputado o valor positivo ou negativo dos derivados. Frequentemente a base determina o valor eufórico ou disfórico destes.

Também os **estereótipos culturais** ligados ao próprio processo de avaliação podem ter um papel determinante na orientação do sentido positivo ou negativo que rodeia o derivado. A ênfase, para mais ou para menos, duma dada propriedade é, em si mesma, frequentemente vista como algo de negativo, porque o objecto de avaliação escapa aos padrões de normalidade.

Assim, factores de ordem não estritamente linguística ajudam a explicar o facto de a muitos derivados aumentativos — mas não a todos — estarem associados semas negativos.

Em função de padrões de avaliação de ordem vária, designadamente estética e ética, o que exorbita das dimensões médias ou típicas, que assume proporções fora do comum ou que extravasa dos limites do normal é passível de ser encarado disforicamente ou, pelo menos, é avaliado de modo tendencialmente não favorável; assim se explica que numerosos produtos aumentativos sejam tantas vezes apreendidos como depreciados, mesmo que as suas bases não sejam real ou virtualmente marcadas com semas negativos. No entanto, estas tendências não se aplicam de modo irrestrito, já que elas estão condicionadas a determinados tipos de bases.

Frequentemente a orientação negativa ou positiva da avaliação de que certos produtos derivacionais são objecto radica na **própria especificidade semântico-referencial** daquilo que as suas bases e/ou os próprios derivados designam.

Assim acontece com *carão*. A representação que, no nosso universo cultural, se associa a uma cara de proporções acima da média é mais negativa que positiva, pois uma cara excessivamente grande (um *carão*) se torna feia, inestética, porque disforme. O mesmo não se aplica a designadores de outras partes do corpo (*peitaça, pernocas*), mas é idêntico para com *beijorras, cabeçorra, narigão, dentuça e pezorro*.

Em conformidade com o exposto, e por efeito da operação semântica inerente ao processo

de majoração, muitos dos derivados aumentativos poderão ser marcados negativamente sem que se tenha de supor que as suas bases são virtualmente disfóricas; sendo neutras, o próprio processo de hipersemia está na origem da desvalorização que atinge os respectivos produtos. Porém, em última instância, sempre que a base é objecto duma representação negativa, é a natureza desta que determina a orientação do sentido qualitativo que afecta o derivado.

No âmbito da avaliação **diminutiva**⁷ também o semantismo da base, em conjugação com o do operador sufixal, determinam a relação entre o carácter positivo ou negativo de Xd e de Xb. Uma vez mais, os constituintes podem desempenhar um papel decisivo na orientação do sentido da avaliação qualitativa ou axiológica que afecta o derivado, mas outros factores interferem igualmente nessa orientação.

A avaliação minorante consiste em assinalar a existência em baixo grau/grau inferior de p/Xb. Esta modalidade avaliativa não tem por função alterar a orientação do sentido qualitativo associado à base. Ela avalia o grau de presença, manifestação, plenitude ou qualidade de p, dizendo que ele é mais baixo em Xd que em Xb.

Porque em resultado dessa ponderação se expressa o baixo grau de intensidade e/ou de qualidade de p, a reacção mais esperada ou mais típica seria tendencialmente desfavorável. No entanto, o grau de desqualificação e de distanciamento varia com o sufixo, podendo até, em função deste, ser de sinal contrário. Quando o sufixo usado é *-inh-*, o grau de empatia, de sintonia, de adesão, de proximidade afectiva é, *a priori*, mais acentuado; o afastamento afectivo-empático aumenta, ainda que ligeiramente, com *-it-* e intensifica-se com *-ec-* e com *-elh-*, sufixos que, na língua comum, aduzem significações fortemente desqualificantes ou mesmo depreciativas. Estas são, genericamente, as tendências mais salientes. Mas a complexidade do comportamento destes sufixos em função da natureza e dos resultados da operação avaliativa é substancialmente maior. Uma vez mais, nada sendo dito em contrário, supõe-se que o derivado ocorre em contexto prosodicamente não marcado.

Independentemente do carácter positivo ou negativo da base, os derivados sufixados com *-ec-* e com *-elh-* são objecto de desqualificação (*acidentezeco*, *cerimoniazeca*, *garoteco*, *garotelho*, *grupeco*, *grupelho*, *premiozeco*). Com *-it-* apenas se instaura uma ligeira atitude desfavorável ou de distanciamento afectivo-axiológico, que não atinge o nível da depreciação. Por isso *-it-* é, do ponto de vista qualitativo, o diminutivo menos marcado.

Mais complexa é a relação entre o carácter positivo ou negativo da base e o do derivado quando o sufixo em jogo é *-inh-*. Frequentemente se afirma que, de todos os sufixos diminu-

7. operam uma modalização do carácter excessivo e categórico do asserido, através do uso de formas mitigadas que mais facilmente colhe a simpatia do alocutário,

tivos, *-inh-* é o que agencia uma relação/avaliação mais empática e de maior adesão afectiva. Assim é, de facto, na generalidade dos casos. Mas factores de vária ordem, incluindo a natureza semântica da base, obrigam a modular essa asserção. Ao contrário do que seria de esperar num redutor ou diminuidor de *p*, *-inh-* não instaura necessariamente nem primariamente desvalorização.

Quando o sufixo opera sobre uma base marcada negativamente o resultado é, em primeira mão, e num registo não marcado, eufemístico, mitigante e, por isso, empático (*acidentezinho; estupidozinho*); num segundo momento, e por efeito de reforço prosódico e/ou de ironia, a propriedade avaliada pode apresentar-se num grau de intensidade superior ao que apresenta em Xb.

Se a base é marcada positivamente, o derivado (*bonzinho; lindinho*) pode representar uma forma atenuada daquela, do ponto de vista quer quantitativo ('Ab em grau menos acentuado', 'menos que Ab'), quer qualitativo, ou seja, não há uma expressão manifesta de desvalorização, mas antes uma atenuação não desfavorável. A eventual diminuição qualitativa operada em *alegriazinha* ou *satisfaçãozinha* é contrabalançada pelo reforço empático instaurado por *-inh-* que, não raro é dominante no derivado; assim se explica que o sufixo seja o mais das vezes interpretado como portador dum grau de apreciação/euforismo muito intenso. No entanto, pode conjugar-se a expressão eufemística de *p* com a intensificação da propriedade disfórica em jogo, através do reforço intensivo posto na elocução empática da palavra («é *burrinho*, que se há-de fazer!»). Acresce que em todos os casos se admitem ulteriores alterações provocadas por um processo de ironização.

Também quando a base é neutra ou bivalente o semantismo positivo ou negativo do derivado depende, antes do mais, do sufixo: *carrinho* e *casaquinho* são marcados positivamente, apreciativamente; *carrito* e *casaquito* são marcados de forma ligeiramente distanciada, e *carreco* ou *casaquelho* são objecto de desvalorização explícita. No entanto, os factores supra-segmentais são determinantes do sentido último dos produtos: uma entoação empática, apreciativa, positiva, inflecte ou atenua a carga negativa associada a Xd, verificando-se o inverso na situação oposta. O mesmo se aplica a diferentes tipos de mecanismos retórico-pragmáticos que têm a capacidade de (re)orientar o sentido da avaliação derivacionalmente construída.

As bases que designam ser humano definido por propriedades atinentes à profissão, ramo de actividade (*advogado, assessor, carpinteiro, engenheiro, médico, pedreiro, professor*), à condição ou ao estatuto social (*conde, duque, director, doutor, monarca, padre, presidente*), quando sujeitas a um processo de minoração incidente sobre propriedades atributivas fazem-se geralmente acompanhar de desqualificação. Esta é tanto mais acentuada ou negativa quanto as

designações se referem a actividades ou profissões mais prestigiadas ou mais diferenciadas. Mas o saldo desfavorável por que se traduz tendencialmente a avaliação minorativa é objecto de um tratamento particular por parte de *-inh-* que, a este respeito, apresenta um comportamento bivalente, pois diminui de forma moderada, sem desqualificar verdadeiramente.

Tratando-se de designações positivamente co(no)tadas, *-inh-* opera uma redução da qualidade de Xb mas fá-lo de forma atenuada, impedindo a transformação da qualificação positiva em (claramente) negativa (*advogadozinho, assessorzinho, doutor(z)inho, presidentezinho*). Há desvalorização de Xb, mas não intensa, porque temperada pela presença de *-inh-*. No caso de a base ser conotada negativamente, *-inh-* atenua esse carácter negativo (*traficantezinho, chefãozinho, inspectorzinho*) sem, contudo, o inverter. A carga negativa de que a base é portadora é herdada pelo derivado, mas a empatia favorável veiculada por *-inh-* modera-a.

Em suma, devido à intensidade afectiva que *-inh-* instaura, os efeitos negativos da desqualificação/desvalorização são de tal modo mitigados que se aproximam da apreciação e/ou a atenuação transforma-se em quase intensificação (*alegriazinha* "pequena alegria mas subjectivamente muito intensa"). O distanciamento afectivo ou a desqualificação seriam ligeiramente mais sensíveis se o sufixo usado fosse *-it-*, e ainda mais acentuados com *-ec-* ou com *-elh-*.

Comportam-se de forma diferente os antropónimos, circunstância em que habitualmente passam a funcionar como hipocóricos, e os designadores de entidades definidas por um grau de parentesco muito próximo (*avozinho, paizinho, mãezinha, filhinho, netinho*). Aqui *-inh-* funciona essencialmente como um **operador-detonador** de afectividade, de proximidade afectiva; neste caso a avaliação não incide sobre propriedades específicas de Xb; se há algum tipo de relação de diminuição ela tem a ver com a distância afectiva entre locutor e Xd, que fica reduzida ao mínimo.

Os nomes de ser humano e de animais admitem uma avaliação positiva quando, por efeito da minoração, designam seres jovens, pequenos e objecto de apreciação ou de afectividade (*cãozinho, criancinha, gatinho, jovenzinho*). A presença de *-inh-* aduz significações avaliativas favoráveis. Mas também o sufixo *-ão*, quando usado nas mesmas circunstâncias, instaura idêntico valor (*paizão, bebezão*). Neste caso é a intensificação das propriedades (estereo)típicas associadas a Xb que desencadeia sobrequalificação, apreciação, proximidade afectiva (Xb em grau de qualidade/apreço elevado), traduzida por "grande [qualitativamente] e/ou querido Xb".

LAC

São essencialmente de dois tipos as **situações interlocutivas** em que os operadores — e os produtos — avaliativos se revelam mais eficazes: situações intersubjectivas que envolvam maximização/minimização, (sobre)qualificação/(sub)qualificação do avalia(n)do; e situações e intersubjectivas/interactivas que visem o estabelecimento de sintonia/assintonia, empatia/(anti)patia, cooperação/adesão/solidariedade ou o inverso.

Os operadores avaliativos são, assim, recursos muito explorados em situações de expressão de relação/atitude psicológica, afectiva ou axiológica, nomeadamente em actos de tipo expressivo e avaliativo, em que o falante dá a conhecer qual a relação psicológica ou afectiva ((des)agrado, (des)contentamento, reconhecimento, desculpa, congratulação, apreço, simpatia, adesão, afecto, carinho, alegria, pesar, admiração, espanto, desejo) que mantém com o avalia(n)do ou qual o juízo de valor ((des)favorável) que em relação a este formula, mas também em actos de tipo directivo (pedidos, perguntas, ordens, proibições, conselhos, sugestões), nos quais os operadores avaliativos funcionam como mediadores de deferência, de delicadeza, de mitigação do carácter impositivo de uma ordem, etc.. Através das significações de sinal positivo (-*inh*-) ou negativo (-*ec*-, -*ázi*-, -*ózi*-, -*orr*-) que afectam aos produtos e aos enunciados em que ocorrem, os sufixos diminutivos e aumentativos potenciam uma reacção positiva ou negativa por parte do interlocutor.

Desde logo situações de elogio, de maximização do interlocutor, de manifestação de afecto (envolvimento, partilha de um espaço afectivo comum), de solidariedade (psicológica e/ou social para com o interlocutor), de insulto, de ofensa, de provocação, de reprovação, são propensas à utilização de operadores e de produtos avaliativos, especialmente os que se apresentam qualitativamente e/ou axiologicamente mais marcados. Bases, operadores e produtos avaliativos (*amorção, amorzinho, burrinho, burrancas, coitadinho, espartinho, espartíssimo, finíssimo, finório, parvinho, parvalhão*) traduzem de forma relativamente clara os juízos, as opiniões, os sentimentos, as atitudes, as disposições, que o falante experimenta relativamente ao avalia(n)do. Que a força ilocutória dos produtos (e dos operadores) avaliativos é grande mostra-o o facto de os que possuem polaridade negativa serem, não raro, ladeados por modalizadores que esbatem ou atenuam a frontalidade do juízo.

Situações ilocutórias de agradecimento (*obrigadinha*), de pedido ("uma *esmolinha*"), de apelo ("pela sua *saudinha*", "uma *ajudinha*", "meu Santo *Antoninho*"), de aquiescência, de aviso, de chamada de atenção (*cuidadinho*), de ameaça, de intimidação, de persuasão (*verdade verdadinha*), de ordem (*quietinho*), de tentativa de interacção sustentada em argumentos que se escoram em motivações afectivas ou axiológicas, têm toda a vantagem em recorrer a operadores avaliativos, sabido que é que estes funcionam, normalmente com êxito, como indicadores e sobretudo como activadores de atitudes, intenções, que o falante põe em prática, em vista à satisfação dos objectivos que persegue. Mais do que revelarem a relação/atitude axiológica ou afectiva do falante para com o avalia(n)do, os operadores avaliativos são portadores duma carga ilocutória não subestimável, que frequentemente garante a eficácia da actividade discursiva/inter-relacional. Por isso é fundamentalmente como promotores de sinergias, de intersubjectividade e de interactividade que os operadores avaliativos são usados.

Situações em que se pretende instaurar uma relação de proximidade afectiva, de familiaridade, de relação hierárquica mais esbatida, recorrem igualmente a operadores avaliativos. Com nomes próprios, os mais disponíveis são *-inh-* e *-it-*; menos produtivos são *-ec-* (*Toneca/o*), *-ão* (*Luizão*, *Quinzão*) e *-ot-* (*Quinzote*); regionalmente registam-se *-ic-* (*Tonico*, *Joanico*) e *-uc-* (*Maneluco*). Todos activam uma relação favorável e empática. Em situações que envolvam a expressão de deferência, de respeito para com um superior, *-inh-* continua a ser usado, especialmente por falantes socioculturalmente pouco diferenciados, e independente-mente do nível etário do interlocutor; neste caso o sufixo destina-se não tanto a marcar a subal-ternidade, mas a imprimir ao tratamento uma marca de afecto e/ou de respeito. É com estes mesmos valores que ele ocorre em fórmulas de tratamento populares do tipo «ó *tiozinho*», «ó *comadrinha*».

É igualmente conhecido o uso de diminutivos, em particular de *-inh-*, em interacção com e entre crianças.

O sufixo *-inh-* continua igualmente a funcionar como promotor duma relação de delicadeza, de cortesia, de empatia ⁸. Através dum operador de estratégia positiva como *-inh-*, o carácter impositivo de um pedido é minimizado ("um *cafezinho*", "um *favorzinho*", "um *minutinho*", "*licencinha*" (port. do Brasil)), criando-se, assim, as sinergias necessárias para que seja favoravelmente atendido. Também situações de despedida, verbalizadas através de fórmulas do tipo *adeusinho*, geram uma relação de envolvimento empático que mitiga a separação. Duma forma geral, sempre que há necessidade de satisfazer as necessidades de face positiva do interlocutor, o operador usado é também *-inh-* ⁹. É que além do conteúdo informacional relativo ao avalia(n)do e ao falante, os operadores avaliativos conferem uma determinada orientação argumentativa ao discurso, colocando-se assim ao serviço das estratégias discursivas que o falante imprime ao enunciado. A polaridade axiológico-afectiva dum signo tem repercussões perlocutórias óbvias no interlocutor e/ou no estado de coisas em jogo.

[as dimensões pragmáticas da significação se inscrevem na sua estrutura formal.]

Os valores ilocutórios dos operadores afixais acabam, reciprocamente, por lhes serem regularmente associados, passando a fazer parte do seu semantismo convencional. Assim se explica, pois, que a alguns operadores afixais estejam associados traços apreciativos, depreciativos, ou outros, que traduzem a capacidade que esses operadores têm de orientar o

8. Cf. Penelope BROWN & Stephen LEVINSON, *Universals in language use: politeness phenomena*. In: Esther N. GOODY (ed.), *Questions and politeness. Strategies in social interaction*. Cambridge (Cambridge University Press), 1978, p. 56-324 e Penelope BROWN & Stephen LEVINSON, *Politeness: some universals in language use*. Cambridge (Cambridge University Press), 1987.

9. Sobre algumas das situações comunicativas em que os sufixos diminutivos são usados, veja-se Emília Ribeiro PEDRO, *À volta dos diminutivos - uma análise contrastiva entre o português e o inglês*. In: *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, Colibri, 1993, p. 402-417.

semantismo do derivado num sentido avaliativo, axiológico-afectivo e pragmático específico. Ao contrário do que se pretendeu tradicionalmente, as significações apreciativas ou depreciativas que afectam alguns operadores avaliativos e/ou os respectivos derivados não são absolutamente regulares, mas apenas convencionais. Todavia, na medida em que definem a especificidade de cada operador, diferindo de afixo para afixo, essas propriedades ilocutórias (axiológico-afectivas) devem ser consideradas idiossincráticas de cada um.

Apreciação e deprecição não são as funções derivacionais instauradas pelos sufixos diminutivos e aumentativos: a função por estes instaurada define-se como sendo uma função avaliativa do grau de presença/qualidade de *pb* em *Xd*. Porque essa ponderação envolve a representação subjectiva e individual que o falante faz de *Xb*, os sufixos são usados como veículo dessa representação, da atitude ou da disposição do falante em relação ao avalia(n)do. Assim se explica que os operadores avaliativos sejam fundamentalmente usados em actos de fala expressivos, avaliativos e directivos. Num movimento de refluxo, os valores ilocutórios assim desenvolvidos passam a associar-se convencionalmente aos sufixos, tornando-se porventura as suas propriedades mais salientes, porque pragmaticamente as mais relevantes

LAC

LAC Contudo, por efeito de operações **retórico-figurais** e/ou **prosódicas** específicas, certos derivados podem ser interpretados de forma inversa daquela que é derivacionalmente construída. Mecanismos como a ironia, a lítotes, o eufemismo, normalmente escudados numa estrutura entoacional conforme, e que se definem pela implicitação conversacional do contrário do que é expresso, podem contrariar o sentido da avaliação derivacionalmente instanciada ¹⁰. Estas operações afectam quaisquer tipos de produtos derivacionais e não apenas os avaliativos, sejam diminutivos ou aumentativos. O problema que em relação a estes se coloca reside no facto de frequentemente as significações positivas ou negativas associadas ao produto, e que têm origem nessas operações e/ou em outras coordenadas discursivas, serem imputadas aos afixos, que assim passam indevidamente a ser por elas caracterizados. Uma vez mais, os derivados em *-inh-*, devido ao contraste entre a diminuição/atenuação que o sufixo opera e a intensidade afectiva que instaura, revelam-se muito ilustrativos.

Nos casos em que a base é marcada positivamente, a presença de *-inh-* assinala a existência em baixo grau de alguns dos seus semas (*amorzinho*; *ternurinha*) sem, contudo, se operar uma inversão do semantismo positivo que afecta *Xb*. O carácter positivo de *Xb* admite que a sua expressão ou manifestação seja objecto de diminuição, sem que seja afectada a sua qualidade positiva; como também já foi dito, estes derivados em *-inh-* são exemplos claros de co-

10. Por razões perlocutórias várias, ora se eufemiza o desagradável, ora se afirma pela negativa algo que não é muito apreciado ("não é feio"), ora se emite um juízo desfavorável sob a aparência de valorização. A anti-frase, o eufemismo, a lítotes, a ironia, são alguns dos processos ao serviço dessas estratégias de contra-avaliação. Sobre o modo de funcionamento e os efeitos destes mecanismos retórico-pragmáticos, veja-se C. KERBRAT-ORECCHIONI, *L'implicite*, cap. 3, especialmente 3.2. (*Quelques tropes 'non classiques'*).

mo a minoração não necessariamente assume uma feição disfórica. No entanto, uma entoação irónica inverte o sentido da avaliação processada por intermédio de *-inh-* e, sob a aparência de apreciação, exprime-se depreciação. Também a lítotes inverte o sentido da avaliação literalmente expressa.

Por efeito de **lítotes** ¹¹, uma formulação minorativa é muitas vezes entendida como expressão atenuada que se destina a escamotear ou eufemizar o facto de determinada propriedade existir em grau mais elevado do que aquele que o significante diminutivo deixa entrever; o resultado final cifra-se numa intensificação («é um livro *grandito*» por "é maior do que o desejável/esperado"; «é *pouquito*» por "é menos do que o que desejável/esperado"). Sendo *-inh-* o sufixo usado, essa intensificação pode traduzir-se por sobrequalificação (*amorosinho* por *amorosíssimo*), por intensificação afectivo-apreciativa («uma aldeia *isoladinha*, despovoadá»; «uma cerimónia *simplezinha*»; «uma *iniciativazinha* singela, nada mais»). No caso de o sufixo ser *-it-*, já o distanciamento afectivo é maior, a adesão subjectiva menos intensa, sem contudo atingir a depreciação («é uma *lembrançazita* para assinalar a data»). Idêntico é o efeito quando a expressão minorativa é entendida como um meio que visa desvirtuar Xb nas suas propriedades positivas: ao contrário do que se pretenderia, estas saem reforçadas («não viajaram muito: deram um passeiozeco de meio ano à volta do mundo»). Mas também neste caso, e de forma mais linear, a entoação, se ligeiramente irónica, pode concorrer para a explicitação da atitude do falante.

Por seu turno, a atenuação dum atributo negativo (*covardezinho*, *covardezito*, *ruindadezinha*, *ruindadezita*) pode ser entendida como manifestação de um não manifesto repúdio, ou de uma certa proximidade afectiva, reforçada pela presença de *-inh-*. Mas a contrariar a empatia veiculada pelo sufixo, os derivados em *-inh-* podem adquirir, por via dum efeito irónico e/ou de disfemismo, significações desfavoráveis acrescidas.

Em virtude da instauração de uma enunciação irónica, já afecta à própria base (*arranjo*; *caridade*; *justiça*), e manifestada pela entoação com que esta é pronunciada, a diminuição pode traduzir-se por uma desvalorização, que pode ir da ironia à depreciação, à pejoração, ao sarcasmo (*arranjinho*; *caridadezinha*; *justiçazinha*).

Se a base é intrinsecamente marcada de forma negativa, a minoração traduz-se por uma atenuação eufemística desta (*cancrozinho*; *cocozinho*; *ruindadezinha*) ¹²; a realidade de Xb,

11. Há lugar a lítotes quando se diminui, atenua ou nega algo para/permitindo que daí se infira o contrário do literalmente expresso. A lítotes actua indiferentemente sobre propriedades positivas ou negativas. Sobre lítotes veja-se J. DUBOIS et alia, *Rhétorique générale*. Paris, 1970; P. FONTANIER, *Les figures du discours*. Paris, 1968; e Oswald DUCROT, *Dire et ne pas dire*, p. 137-139.

12. Segundo C. Kerbrat-Orecchioni (*De la sémantique lexicale à la sémantique de l'énonciation*, Tome

em si mesma disfórica, acaba por ser descrita de modo mais favorável, quer porque a sua carga negativa é atenuada, quer porque uma leitura mais atenta do eufemismo entrevê a existência em grau elevado de uma realidade negativa, que deste modo é designada de forma escamoteada.

Nestes casos, se bem que condicionada pelo semantismo da base e pelo do operador, a significação do derivado é fundamentalmente determinada pelo contexto discursivo, pelos mecanismos que comandam a produção de sentidos do acto de fala em que o derivado se inscreve.

Quando não há lugar para a quantificação ou para a qualificação de Xb (*avozinha, compadrezinho, mãezinha*), entra em acção uma relação eminentemente atitudinal, que se faz normalmente acompanhar da expressão do distanciamento ou da adesão que o falante experimenta relativamente àquilo que Xb designa. O que então domina é a relação subjectiva (axiológica, afectiva, expressiva) que o falante estabelece com aquilo que Xd designa ¹³.

Os sufixos passam então a ser usados não tanto como avaliadores de *p*, mas antes como instrumentos de expressão da relação subjectiva, afectiva ou axiológica que o sujeito mantém com *p*/Xd. Os sufixos avaliativos constituem, assim, um meio privilegiado de traduzir a atitude/a disposição do falante para com o avalia(n)do. Como acima foi dito, a intensidade afectivo-apreciativa é menor com *-it-* (cuja ocorrência pode envolver avaliação ligeiramente desfavorável) do que com *-inh-*, sufixo que agencia a expressão duma adesão subjectiva mais acentuada. Ao invés, ao uso de *-ec-* ou de *-elh-* na linguagem comum estão associados semas ainda mais claramente despectivos.

Na linguagem familiar ou em certos registos de linguagem afectada ou expressiva assiste-se a uma tendência crescente em recorrer aos sufixos *-oc-*, *-och-* e *-uch-* com valor apreciativo (*bebe-zoca, belezoca, viducha, voltucha*) e/ou hipocorístico (*Fili(li)poca(s); Manoca(s), Manocha, Fatucha, Mariucha, (A)nucha*). Também *-ec-* se presta a estes tipos de uso (*amorzeco, ternureca, Maneca* [de Mané], *Fateca* [de Fátima]) contrariando assim, de forma marcada por grande expressividade ou afectação, um dos seus valores convencionais mais comuns: o de promotor de desqualificação, de desvalorização, de depreciação. É deste modo que os valores ilocutórios dos operadores afixais acabam por lhes serem regularmente associados, passando a fazer parte do seu semantismo convencional.

O valor positivo ou negativo dos derivados é, em suma, determinado conjuntamente pela

III, 573-574), o eufemismo é uma lítotes axiológica, pois procede à suspensão da carga negativa, que se tenta substituir por uma carga positiva, ou pelo menos neutra.

13. A este respeito é particularmente ilustrativa a avaliação/representação necessariamente subjectiva a que os designadores de unidades de medida (*litrinho, quilito, tostãozinho*) e de tempo (*diazinho, horita, minutinho, semanita*) se prestam.

estrutura semântica da base, pelas idiossincrasias dos sufixos, pelos esteriótipos ligados à operação de avaliação, pela estrutura entoacional afecta ao produto e/ou ao enunciado e pelas operações retórico-discursivas que a utilização de determinados sufixos desencadeia.

Muitos produtos avaliativos prestam-se a uma ambivalência interpretativa, dentro dos limites traçados pela estrutura semântica derivacionalmente construída. Sempre que está em jogo uma situação desse tipo, os factores supra-segmentais e/ou o contexto encarrega(m)-se de orientar o sentido da interpretação avaliativa a dar ao derivado.

O papel da entoação pode ser decisivo para a orientação do sentido favorável ou desfavorável da avaliação que o falante exerce sobre o avalia(n)do. A entoação pode ser favorável, elogiosa, apreciativa, ou desfavorável, reprobatória, depreciativa. No caso de Xb ser marcado negativamente («está mau!»), uma entoação reforçada acentua a avaliação desfavorável de Xd, enquanto uma entoação mais displicente pode reduzir essa desvalorização, tornando a representação do estado de coisas eventualmente mais favorável. As propriedades prosódicas funcionam como indicadores da atitude axiológica e/ou afectiva que o sujeito de avaliação experimenta em relação ao avalia(n)do. Uma entoação discreta, mitigada, reservada, corresponde a uma atitude não eufórica, não favorável, reservada, enquanto uma entoação eufórica corresponde a uma atitude favorável, à expressão de satisfação. LAC

LAC

Se tomarmos como referência os sufixos vulgarmente classificados como diminutivos e aumentativos, somos forçados a convir que a assunção da premissa acima exposta implica que (i) os operadores afixais diminutivos e aumentativos se definem (também) como veículos de afectividade e de apreciação ou de depreciação, e que (ii) o sistema derivacional do português comportaria um paradigma derivacional de depreciação e um outro de apreciação.

Sem pretender negar o papel que os sufixos diminutivos e aumentativos têm na manifestação da intersubjectividade, também não é possível deixar de ter em conta dois aspectos essenciais para a identidade destes operadores derivacionais: em primeiro lugar, outros sufixos há que servem de veículo às diferentes modalidades de expressão da subjectividade, pelo que, não sendo este papel exclusivo dos diminutivos e aumentativos, não pode ser o que os distingue dos demais; em segundo lugar, o valor dos sufixos diminutivos e aumentativos não se esgota no de meros subjectivemas, já que tratando-se de recursos derivacionais ao dispor dos processos de formação de palavras do português, eles são supostos veicularem uma significação específica, sendo portanto por ela também identificados.

Importa, pois, clarificar qual o estatuto dos sufixos diminutivos e aumentativos relativamente às funções de avaliação objectiva e subjectiva de que eles são suporte, identificando quais as relações entre o seu uso como instrumentos derivacionais, e como suportes de intersubjectividade/interactividade. Nesta dialéctica estará, por certo, uma das razões do constante enfoque que estes operadores afixais têm concitado.

A concretização de tais objectivos implica determinar quais as operações semânticas e as regras de formação de palavras envolvidas na produção isocategorial; só assim é possível transformar a abordagem tradicionalmente praticada, de tipo atomístico e essencialmente estilístico, numa abordagem orgânica dos factos que dê conta dos processos gerativos mais e menos produtivos e/ou disponíveis de produção de palavras.

O estudo dos operadores diminutivos e aumentativos coloca um problema de relação entre competência derivacional (conjunto de saberes, virtual e/ou efectivamente conhecido dos membros duma comunidade, relativo aos processos e aos instrumentos de formação de palavras) e competência comunicativo-pragmática, que se resume ao seguinte: qual a natureza e o estatuto dos valores subjectivos de apreciação, de depreciação, de (des)sintonia, de (não)adesão, de (não)empatia, de expressividade que alguns derivados veiculam ou activam por efeito da ocorrência de determinado sufixo? Por outras palavras, até que ponto é possível considerar que as funções ilocutórias e perlocutórias de que os afixos são um instrumento são tributárias da competência derivacional?

O problema é pertinente em relação a certos sufixos que parecem servir tendencial ou fundamentalmente a manifestação da expressividade e/ou da afectividade, de tal modo que há a convicção de que as operações semânticas inerentes à produção de diminutivos e de aumentati-

vos têm por função não só, ou não tanto, exprimir atenuação ou aumento, mas sobretudo servir de suporte à explicitação da subjectividade dos falantes ou à formulação de juízos de avaliação qualitativa. Dilucidar estas questões implica conhecer quais as motivações que presidem ao uso dos operadores diminutivos/aumentativos, quais as finalidades que movem o falante, quais os efeitos que através deles visa/consegue obter, quais as reacções do interlocutor ao seu uso.

Uma vez que o elevado número de sufixos diminutivos promove uma certa diferenciação entre eles, parece haver tendência para distribuir complementarmente as significações positivas e negativas a eles associados. O conhecimento do estatuto dessas significações passa, porém, pela identificação da especificidade das operações derivacionais a que tais sufixos estão ligados, e designadamente por saber se em português há ou não lugar para um paradigma derivacional que assenta numa relação de avaliação apreciativa ou depreciativa.

As hipóteses de tratamento que, a este respeito, se levantam são:

1. considerar que as significações de carácter avaliativo fazem parte do conteúdo do sufixo, podendo este ser encarado de três modos:
 - 1.1. como um avaliador qualitativo, de que existiria o homónimo quantitativo;
 - 1.2. como um avaliador essencialmente qualitativo, ainda que eventual e subsidiariamente também quantitativo;
 - 1.3. como um avaliador quantitativo e/ou qualitativo ¹⁴.
2. considerar que as significações de carácter avaliativo são alheias ao sufixo, relevando:
 - 2.1. da operação semântica da RFP;
 - 2.1. da significação comunicativo-pragmática que o recurso a determinadas operações e operadores derivacionais desencadeia;
 - 2.2. da conjugação de 2.1. e de 2.2.

A primeira hipótese (1.1) é, de todas, a mais onerosa, pois obriga a preconizar um avultado número de formas sufixais diminutivas/aumentativas, marcadas, respectivamente, pela presença ou ausência de semas de avaliação qualitativa. Uma versão extrema desta hipótese é a que tem sido tradicionalmente adoptada na análise do galego e do espanhol ¹⁵, e que se traduz pela existência de três classes de sufixos: os quantificadores diminutivos, os aumentativos e os

14. A designação de “quantitativo” é usada por oposição a “qualitativo”, ou seja, como equivalente a “quantificativo”, não na acepção de enumerativo, mas de estimativa da ordem de grandeza da propriedade/do 'objecto' avaliado. A avaliação “quantitativa” incide sobre a intensidade/grau de presença ou de ocorrência duma propriedade, e não sobre a sua qualidade.

15. Cf. A. GOOCH, *Diminutive, augmentative and pejorative suffixes in modern spanish*. Second edition. Oxford, Pergamon Press, 1970, I. GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, *Sufijos nominales en el gallego actual*. Anejo 11 de *Verba*. Universidad de Santiago de Compostela, 1978 e, já antes, H. M. RANSON, *Diminutivos, aumentativos, despectivos*. In: *Hispania*, vol. XXXVII, 1954, p. 406-408.

depreciativos. Se acrescentarmos a estas uma outra classe de sufixos geralmente ignorada, a dos apreciativos, a transposição deste esquema para o português traduzir-se-ia no seguinte:

[1] sufixos tendencialmente, preferentemente ou predominantemente quantificadores: *-el-* (*ruela*); *-ic-* (*rapazico*); *-im* (*colherim*); *-ão* (*casacão*); *-it-* (*casquito*); *-ot-* (*serrote*); *-ol-* (*sacola*);

[2] sufixos tendencialmente, preferentemente ou predominantemente depreciativos: *-alh-*; *-elh-*; *-ec-*; *-arr-*; *-orr-*; *-astr-*; *-ázi-*; *-ózi-*; *-ong-*; *-óri-*;

[3] sufixos tendencialmente, preferentemente ou predominantemente apreciativos: *-inh-*; *-oc-*; *-och-*.

Só aparentemente estes operadores derivacionais estão distribuídos de forma complementar. Na verdade, a observação não descontextualizada destes sufixos rapidamente permite concluir que, não obstante as restrições expressas pelos advérbios mencionados, a generalidade destes sufixos pode assumir um valor diferente daquele que lhe é apontado como mais característico, o que obrigaria a uma indesejável proliferação de homónimos.

Para mais, os valores preferenciais assinalados estão directamente condicionados pela estrutura semântica das bases a que os sufixos se anexam. Finalmente, não pode deixar de ser tido em conta que o valor qualitativo (apreciativo ou depreciativo) ou quantitativo do sufixo está intimamente correlacionado com o sentido global do acto de fala em que o derivado se inscreve. A interacção entre o valor do sufixo e o acto de fala em que ele ocorre é, aliás, bidireccional: o sentido global do acto de fala pode ser co-determinado pelo valor sistémico ou convencional associado ao operador afixal e/ou pelos lexemas derivantes e derivados em jogo; ao mesmo tempo, o valor comunicativo-pragmático do sufixo é correlativo do do acto de fala em que o derivado se insere.

Assumir 1.2. implica a existência de paradigma(s) autónomo(s) de formação de palavras cuja operação semântica consistiria em manifestar apreciação/depreciação relativamente à base sobre que opera(m), o que não é, de modo algum, insusceptível de críticas. A possibilidade de um mesmo sufixo ser tido como veículo de avaliação tendencialmente ou preferentemente quantitativa e/ou qualitativa evidencia que não são absolutas nem sistemáticas as tendências verificadas em relação ao seu uso, podendo até ocorrer a coexistência de duas dessas tendências; correlativamente, essa mesma possibilidade aponta para a não autonomia dum valor sistémico de avaliação quantitativa e, portanto, também dum paradigma autónomo de apreciação ou de depreciação, invalidando 1.1. e 1.2..

Por seu turno, a adopção de 2., em qualquer uma das suas modalidades, pressupõe que os sufixos sejam tidos como meros avaliadores quantitativos, pelo que se reserva a responsabilidade da presença de semas qualitativos para a operação semântica da regra de construção de palavras, para a semântica da base e/ou para o acto ilocutório em jogo.

Do exposto, parece sobressair a necessidade de não dissociar os valores quantitativo e/ou qualitativo deste tipo de sufixos, ou de não tomar um como sistematicamente, ou sequer tendencialmente prevalente em relação ao outro, delineando-se uma hipótese em que cada um destes operadores derivacionais seja encarado como um avaliador quantitativo e/ou qualitativo (vide 1.3.). A emergência de um ou de outro valor ficaria condicionada pela estrutura semântica do lexema (derivante e derivado) em causa e/ou pela significação do acto de fala em que o produto derivacional se inscreve.

Um outro argumento decisivo para a dilucidação do estatuto dos semas de avaliação associados a estes sufixos é o seguinte: do mesmo modo que a determinados lexemas (derivantes e derivados) estão convencionalmente adstritos semas de sinal positivo ou de sinal negativo que são tidos como parte integrante da sua significação, também aos sufixos estão associados semas convencionais de natureza qualitativa, favorável ou desfavorável, e que ocorrem de forma não sistemática ¹⁶.

Três são as consequências a extrair deste *constructo*: quaisquer elementos constitutivos dos produtos derivacionais, e não só as suas bases, podem ser afectados por traços semânticos de natureza avaliativa; esses traços, não obstante o seu carácter convencional, são susceptíveis de se projectarem nos respectivos derivados; por último, a presença desses traços é uniformemente interpretada, quer se trate duma base, dum sufixo, ou dum derivado, como parte integrante da estrutura sémica de cada uma destas entidades.

Desta forma evita-se remeter o valor avaliativo do sufixo para planos diferentes daqueles em que se situa o próprio operador, uma vez que este é considerado um operador intrinsecamente avaliativo; no entanto, na medida em que no sufixo coexistem avaliação quantitativa e/ou qualitativa, torna-se difícil pré-determinar qual o valor a ser convocado em cada caso concreto, o que retira alguma previsibilidade ao modelo.

o facto de se tratar de dois segmentos de significação idêntica que podem comutar no mesmo contexto não permite afirmar que se trate de variantes em distribuição facultativa duma mesma entidade afixal.

Assim: *-inh-*, *-it-*, *-ebre* e *-uch-* poderão ser considerados sufixos em variação livre, em *cas-inha*, *cas-ita*, *cas-ebre*, *papel-ito* e *papel-ucho* ? A competência linguística dum falante comum apontará diferenças semânticas entre estas palavras: *casita* não equivale necessariamente a *casebre*, já que o tipo de casa para que *casebre* remete apresenta, além das dimensões reduzidas, um estado de degradação que não caracteriza, pelo menos forçosa e sistematicamen-

16. Ilustra esta afirmação o sufixo *-esc-* afecto à regra que dá origem a adjectivos denominais, e ao qual está convencionalmente associado um conteúdo depreciativo que, não sendo sistemático nem obrigatório (*principesco*), está frequentemente presente (*fradesco*, *livresco*), em particular em adjectivos cujas bases são antropónimos. Tais significações, não circunscritas nem diatopica nem diafasicamente, representam conteúdos de carácter convencional regularmente associados ao sufixo.

te, uma *casita*; do mesmo modo, *papelito* e *papelucho* não se equivalem em absoluto, pois este último derivado designa um papel que é objecto de desqualificação/desvalorização, podendo ser ou não de dimensões reduzidas, enquanto um *papelito* é prioritariamente um papel de dimensões reduzidas, mas não necessariamente algo que se desvaloriza, por esse facto. Por seu turno, *casinha* e *casita* podem ser tomados quer como equivalentes, quer como derivados em relação de complementaridade, assente no facto de ao primeiro assistir uma significação apreciativa, que não necessariamente está presente no segundo. Mas até que ponto a aceitação destas considerações não privilegia mais os níveis de significação que Coseriu designa por “designação” e “sentido”, em detrimento do nível dos “significados”, que constitui, por excelência, o objecto prioritário da análise estrutural? A este propósito, impõe-se equacionar qual a importância que o derivado, como um todo, pode ter para a identificação do valor do afixo.

Outros exemplos atestam a fragilidade do princípio em análise. Os sufixos presentes em *caminha*, *camilha*, ou *craveta*, *cravina* e *cravinho* não são intermutáveis sem que se processe alteração sensível no conteúdo dos respectivos derivados, o que leva a admitir que os sufixos não podem considerar-se em variação livre. Não obstante, estes sufixos mantêm algumas relações de afinidade, semelhantes às que se verificam entre *fornilho* e *forninho*, *salinha* e *saleta*, pelo que eles parecem ser, de algum modo, isofuncionais, sobretudo se contrastados com os substantivos *fornalha* e *salão*. Se estes sufixos não funcionam em variação facultativa, também não estão em total oposição distintiva, já que possuem traços comuns que, aparentemente, permitem incluí-los na mesma classe funcional.

A observação destes factos leva a formular as seguintes questões: as diferenças de conteúdo entre *papelito* e *papelucho*, e *caminha* e *camilha* são suficientemente pertinentes ou significativas para poderem ser consideradas como distintivas, ou, ao invés, elas são apenas convencionais, podendo estas palavras ser consideradas como produtos da mesma regra? Que níveis de significação devem ser tidos em conta para que uma propriedade possa ser considerada como distintiva de outra? Podem os traços de nível semântico-referencial e/ou semântico-enunciativo ser invocados como traços relevantes numa oposição morfo-lexical?

Um outro aspecto não satisfatoriamente explorado pela tradição gramatical, e a que também a metodologia estrutural não deu uma resposta conveniente, é o que releva da possibilidade de não raras formas diminutivas e aumentativas veicularem significações de tipo afectivo-axiológico e/ou expressivo bastante diferenciadas entre si.

Uma questão premente que insistentemente se coloca quando se abordam as operações derivacionais que envolvem sufixos diminutivos e aumentativos, é a que diz respeito à existência dum paradigma autónomo de formação de produtos depreciativos.

A resposta a este problema implica apurar previamente qual a origem das marcas negativas

que os produtos derivacionais apresentam.

Quatro soluções são possíveis. A responsabilidade desses semas: é inerente à RFP, podendo sê-lo a todas ou apenas a algumas RFP; confina-se a um ou aos dois elementos constitutivos do derivado: base e/ou afixo; é devida a condicionantes alheias aos signos linguísticos; decorre do concurso do semantismo inerente à RFP, à base, ao instrumento derivacional e às condições de comunicação.

Esta afigura-se, desde logo, a solução mais completa e apurada, uma vez que para a significação global dum derivado concorrem, cumulativamente, os diferentes factores enunciados. No entanto, importa averiguar qual o contributo específico (e o modo como se manifesta) de cada um desses factores na construção semântica do produto acabado.

Na sequência do exposto anteriormente (1.1.), considera-se que a qualificação negativa, ainda que estando presente em muitos produtos avaliativos, não é definitiva ou configurante dum paradigma derivacional. A desqualificação será então considerada como uma das modalidades de manifestação da regra de formação de produtos avaliativos (RFP AVAL), uma vez que a avaliação por esta operada pode incidir sobre propriedades quantitativas e/ou qualitativas.

Sem excluir que a avaliação possa afectar exclusivamente a qualidade de Xb, o que se postula é que a operação semântica instaurada pela RFP AVAL não se define como especificamente ou estritamente qualitativa. Mesmo nos casos em que a (des)qualificação é dominante (*livrório; pastória; poetastro*), a função da RFP AVAL não consiste necessariamente em alterar o sentido da avaliação qualitativa associada a Xb, ou orientá-lo tão só no sentido negativo, o que permite prescindir de uma hipotética regra de formação de depreciativos. A função de orientar o sentido da avaliação qualitativa de Xb cabe não à regra de produção derivacional, mas ao operador. Resta então validar este quadro de hipóteses.

LAC Por último, não é aceitável a tese de que as variáveis sexo e nível etário sejam decisivas para a orientação do sentido apreciativo ou depreciativo com que o adjectivo é usado.¹⁷ Os atributos *espertinho, gordinho, novinho* podem ser aplicados a crianças, a jovens ou a adultos do sexo feminino ou masculino com valor quer irónico ou depreciativo, quer fortemente em-pático e afectivo. Cabe ao enunciado e aos factores supra-segmentais usados na sua produção explicitar qual dos sentidos está em jogo. A situação referida é diversa daquela em que se caracteriza um indivíduo com propriedades que são consideradas atípicas do seu estatuto etário, do grau de amadurecimento que o caracteriza, da sua classe sexual. Nestes casos (dizer de um adulto ou de um idoso que é (uma) criança, ou de um homem que é grácil) os predicados, por-que desajustados em relação aos esteriótipos a que se aplicam ou porque atentatórios da face positiva do avaliado, são claramente acolhidos como negativos,

17. Cf. Delmira MAÇÃS, *O sufixo -inho junto a adjectivos na linguagem familiar portuguesa*. In: *Boletín de Filología*, vol. VIII, 1954, p. 219-232.

desprestigiantes, ofensivos.

Em tese, os efeitos avaliativos que afectam os produtos derivacionais podem ser imputados:

- à operação semântico-categorial: é o que se passa com os produtos dos processos formação de palavras que envolvem avaliação;

- e/ou à estrutura semântica das bases, a qual pode determinar o sentido da avaliação operada directa ou indirectamente pelo processo derivacional; assim acontece com os derivados que têm por base nomes marcados negativamente, e cuja marca disfórica está, em regra, presente no produto final;

- e/ou à semântica dos operadores derivacionais que, de forma mais ou menos convencional ou idiossincrática, modulam o semantismo que o processo de formação de palavras imprime aos seus produtos.

O papel que os operadores afixais desempenham neste capítulo manifesta-se quer em processos derivacionais intrinsecamente avaliativos (caso da RFP AVAL), quer em processos derivacionais não avaliativos (caso dos adjectivos denominais derivados em *-óid-*, ou em *-esc-*, marcados por valores disfóricos, ou o dos “nomina essendi” deadjectivais em *-ice*).

Por conseguinte, as marcas positivas ou negativas de avaliação que afectam os derivados aumentativos e os diminutivos enraízam ou nos constituintes em jogo, ou no próprio processo de avaliação e nas condições em que esta se processa. No entanto, a essência do mecanismo de formação de palavras em epígrafe não reside, como tradicionalmente se tem feito crer, num processo de depreciação ou, paralelamente, de apreciação, mas antes num processo de avaliação quantitativa e/ou qualitativa, ou seja, numa operação de ponderação que, conjuntamente com uma dimensão quantitativa, pode também envolver uma dimensão qualitativa. Deste modo fica definitivamente posta de lado a possibilidade de se considerar uma regra de formação de palavras depreciativas, já que o português não comporta uma operação derivacional cujo semantismo seja exclusivamente depreciativo, nem tão pouco possui sufixos sistemicamente portadores de um hipotético valor despectivo.

Uma solução deste tipo tem a vantagem de não confinar ao sufixo o valor melhorativo ou pejorativo do derivado, uma vez que estes relevam de processos de avaliação que se projectam no derivado, mas que são função dos seguintes factores: base, sufixo e condições de enunciação.

Correlativamente, das hipóteses relativas à especificidade dos sufixos diminutivos e aumentativos, rejeita-se a que preconiza a coexistência de avaliadores diminutivos, avaliadores aumentativos e avaliadores depreciativos, correspondendo cada um a um processo derivacional autónomo, para se adoptar a que atribui aos afixos uma função avaliativa, de natureza quantitativa (diminutiva, aumentativa) e/ou qualitativa (positiva, qualificante, favorável, apreciativa, melhorativa, ou negativa, desqualificante, desfavorável, depreciativa, pejorativa). Porém, como afirma Amado Alonso, «la significación disminuidora, [...] es con mucho la función menos frecuente [...]; el uso más abundante del diminutivo es el de las funciones emocional, representacional y activa [...]. Es raro, aunque perfectamente idiomático, encomendar exclusivamente al diminutivo la idea de tamaño reducido»¹⁸.

18. Cf. Amado ALONSO, *Noción, emoción y fantasía en los diminutivos* [1933]. In: *Estudios lingüísticos - temas españoles* [1954]. Madrid, Editorial Gredos, 2ª edição, 1961, p. 197-198.

1.5. A construção de diminutivos e de aumentativos e o processo de avaliação

A produção de diminutivos e de aumentativos inscreve-se no âmbito duma operação de avaliação que se define como sendo quantitativa e/ou qualitativa. Em regra, porque os semas qualitativos são mais variáveis (oscilam mais, num sentido positivo ou negativo) que os quantitativos, a avaliação quantitativa afigura-se mais objectivamente verificável, enquanto a orientação da avaliação qualitativa se apresenta como menos estável e previsível.

A avaliação traduz-se, assim, por uma majoração ou por uma minoração de pb/Xb , sendo que uma e outra podem ser quantitativas e/ou qualitativas. Num caso ou noutro o que está em causa é a avaliação do grau de presença, intensidade ou de plenitude de manifestação das propriedades (quantitativas ou qualitativas) de Xb ; o resultado dessa avaliação traduz-se pela expressão da baixa ou da alta quantidade e/ou qualidade de p .

A construção de diminutivos e de aumentativos envolve duas vertentes:

. operação de avaliação do grau de pertença de Xd à classe de Xb , nem que seja através de uma mera relação de semelhança, de afinidade, ou do grau de manifestação de Xb que Xd apresenta. A pertença à classe de Nb pode assumir diferentes modalidades: Nd é um constituinte de Nb ; Nd é uma parte de Nb ; Nd é um representante de Nb ; Nd é uma variante de Nb ; Nd é uma unidade de Nb ; Nd é uma variedade de Nb .

. operação de avaliação do grau de individualização/singularização de Xd em relação a Xb .

No caso dos adjectivos e dos verbos a avaliação assume a forma de ponderação do grau de manifestação de Xb em/por Xd . No caso dos substantivos, a conjugação dessas dimensões pode manifestar-se de diferentes modos; em todo o caso, Xd representa um exemplar particular de Xb , que dele se singulariza de forma mais ou menos acentuada, através de propriedades de natureza diversa (avaliativas, específicas, caracterizantes, classificantes). Consoante a natureza e o peso destas, assim o derivado se apresenta como representante/tipo mais ou menos individualizado de Xb . As situações possíveis mais significativas são:

. Xd representa uma "variação de Nb ". Neste caso os afixos funcionam como comentários das bases a que se acoplam: Xb é avaliado quantitativa e/ou qualitativamente (*cadeirita*). A avaliação do grau de singularidade de Xd em relação a Xd é circunstancial, no sentido em que não implica a individualização dum novo (sub)tipo de Xb ou de uma variedade de Xb . A partir daqui podem ocorrer duas situações: uma em que uma determinada propriedade da base, e nomeadamente uma propriedade de natureza avaliativa, pode assumir um estatuto caracterizante, que progressivamente se vai fixando, dando origem a um exemplar específico, diferenciado e/ou especializado de Xb ; outra em que uma propriedade da base, eventualmente de natureza avaliativa, se eleva ao estatuto de propriedade classificante, categorizadora, dando origem a um subtipo de Xb , a uma sua variedade.

. Xd representa um exemplar específico de Xb; Xd descreve-se como sendo "Xb (avaliado quantitativa e/ou qualitativamente) + $p1 + p2 + pn$ ", ou seja, há especialização/lexicalização do semantismo composicionalmente construído de Xb. A primitiva significação diminutiva ou aumentativa assume um estatuto não meramente comentativo, mas caracterizante, diferenciador. As propriedades acrescidas ao conteúdo derivacionalmente previsível de Xd são normalmente de natureza configuracional (dando origem a um novo protótipo perceptual) e/ou funcional (*casota, portão, serrote, vidrilho*), e podem sobrepor-se ao primitivo conteúdo avaliativo do derivado ¹⁹.

. Xd representa uma "variedade de Xb", quando, devido ao facto de as propriedades avaliadas adquirirem força classificatória, o grau de individualidade de Xd é suficientemente acentuado para demarcar uma sua variedade. A primitiva significação diminutiva que ainda aflora em alguns derivados (*junquilha, cravina*) adquire um novo estatuto, de natureza classificatória, taxonómica; quanto mais este se fizer sentir (e aqui importa sublinhar o carácter nem sempre muito nítido das fronteiras entre os tipos em apreço), mais o semantismo do derivado se aproxima da sub-ordenação ou, no caso inverso, da super-ordenação, que caracterizam os hipónimos e os hiperónimos.

Neste último caso, Xd representa um(a) sub-espécie/sub-tipo ou um(a) super-espécie/super-tipo de Xb; estamos perante derivados que relevam de Xb, mas que representam um sub-conjunto hierarquicamente situado abaixo ou acima de Xb. No primeiro caso, os derivados assumem-se como hipónimos, representando algo que está incluído na classe designada por Xb (*subparte; subtítulo*); no segundo caso, trata-se de hiperónimos, que representam a classe incluída (*super-esquadra*). Nestes casos torna-se difícil não discernir a presença do primitivo conteúdo locativo dos prefixos, ao mesmo tempo que uma certa oscilação entre um valor estritamente taxonómico e um valor de tipo avaliativo.

Não obstante as interferências, estas modalidades de manifestação da avaliação encontram-se dispostas numa relação de algum modo radial, pois da primeira para a última situação verifica-se um progressivo afastamento de Xd (das classes semântico-referenciais e das significações respectivas) relativamente a Xb: "variante de Nb", "exemplar específico de Xb", "variedade (maior/menor) de Xb", "variedade de Xb", "sub-espécie/sub-tipo ou super-espécie/super-tipo de Xb". No entanto, as fronteiras entre umas e outras modalidades são extremamente dúcteis, o que se explica pela natureza da própria avaliação que lhes preside. Em todo o caso, a avaliação está aqui ao serviço da singularização, pois os traços avaliativos assumem um papel mais, ou menos, classificatório.

19. A maior ou menor lexicalização do semantismo de um derivado depende do grau de fixação da especialização por ele sofrida, ou do grau de fixação do "extended use" que dele é feito. Sobre as condições de emergência dessas significações 'extensivas', veja-se Mark ARONOFF, *Contextuals*. In: *Language*, vol. 56, nº 4, 1980, p. 744-758. No processo de formação de adjectivos deadjectivais raramente há lugar para lexicalizações.

A ponderação instaurada pela operação de avaliação pode ser apenas comentativa, mas pode igualmente ter poderes discriminatórios, classificatórios. Um Nb modificado diminutivamente em alguma das suas propriedades, mesmo que configuracionais, pode transformar-se num sub-tipo de Nb (*cravina, junquilha*). Basta para tanto que a propriedade focalizada assuma poderes classificatórios, e Xd não representa mais uma simples variação de Xb, mas um (sub)tipo particular de Xb ou uma (sub)variedade de Xb. Mas o problema de classificação existe desde logo quando, através da afectação/predicação duma propriedade, Nd passa a fazer parte de uma nova classe de referência (*cabeçalho, camilha, florão*), diferente da de Nb. Neste caso ocorre uma especialização de uma propriedade de Xb ou do semantismo de Xd, não raro sustentada por uma operação de topicalização de *p* e/ou de transformação figural, que distancia convencionalmente o semantismo construído do atestado.

Ora, a diferença entre um modificador restritivo e um não restritivo consiste no facto de o primeiro permitir a construção de sub-variedades/sub-classes de Xb, enquanto o segundo apenas permite construir (sub)modalidades de Xb (variantes de Xb). É esta diferença que separa os produtos da RFP AVAL que adquiriram um acentuado grau de especialização e subsequente lexicalização daqueles que apenas são usados como meros derivados/produtos de avaliação. Assim se justificam, pois, as duas grandes modalidades que a avaliação pode assumir: uma mais classificatória, taxonómica, tipológica; e uma outra caracterizante, comentativa.

Em regra, quanto menos a referência do derivado é diferente da da base mais tendência há para que seja feito um uso não objectivo, mas subjectivo deste. Os derivados portadores de sufixos que, como *-inh-* e *-it-*, mais produtivamente funcionam como mediadores e potencia-dores de afectividade e de (inter)subjectividade, são normalmente os que menos se prestam a lexicalizações.

2.2.1.2. Xb = nome

Os nomes têm por função essencial referir e categorizar. Esta definição é válida para os casos-padrão da categoria nominal. Porém, há nomes que referem predicando. Isto acontece quando uma só propriedade é tida como suficientemente definitória para identificar um membro duma classe ('kind'). Este tipo de situação ocorre frequentemente quando um adjectivo se converte em nome, e a propriedade que ele predicava adquire o estatuto de instância categorizadora dum indivíduo duma determinada classe²⁰. Num e noutra casos os nomes podem ser objecto de avaliação quantitativa e/ou qualitativa, sendo que os condicionalismos e as manifestações da avaliação dependem essencialmente da natureza semântica do avalia(n)do.

Quando $Xb = N$, processa-se uma avaliação da quantidade e/ou da qualidade de alguma(s) propriedade(s) daquilo que Nb designa. Normalmente a avaliação não afecta a totalidade, mas apenas algumas das propriedades de Xb , geralmente as mais típicas ou características de Xb .

A cada um dos protótipos associados aos diferentes objectos estão associadas propriedades-padrão (relativas à dimensão, intensidade e/ou qualidade das características definitórias) que, no caso dos diminutivos, se encontram reduzidas, atenuadas e, no dos aumentativos, amplificadas. Por vezes, simultaneamente ou em alternativa, o que a operação de avaliação introduz é uma visão apreciativa ou depreciativa, favorável ou desfavorável, empática ou não, relativamente à representação de Nb . Isso acontece de forma clara com os hipocorísticos. Quando a avaliação incide apenas ou fundamentalmente sobre a qualidade de Xb , processa-se uma desqualificação ou uma sobrevalorização de Xb .

A diferença entre base e derivado reside num maior ou menor índice de variação que afecta alguma(s) das propriedades de Nd . Em princípio, este possui as propriedades típicas mínimas de Nb para que possa ser considerado um seu exemplar. A presença das propriedades de Nb em Nd caracteriza-se por graus de manifestação diversos: os produtos diminutivos ou aumentativos que respondem positivamente ao teste da implicação unilateral caracterizam-se pelo facto de, a alguma das propriedades atinentes à dimensão, funcionalidade, operacionalidade, qualidade, ser afectado um valor que se situa abaixo ou acima daquele que prototipicamente se associa a Nb . Mas os produtos diminutivos e aumentativos podem também possuir apenas algumas das propriedades definitórias/típicas de Nb , estando ligados à base por uma

20. Cf. Anna WIERZBICKA, *What' s in a noun ? (or: how do nouns differ in meaning from adjectives?)*. In: *Studies in Language*, vol 10, nº 2, 1986, p. 378-380.

Sobre o processo de transformação dum adjectivo em nome, e consequente alteração do seu poder meramente descritivo em categorizador, atente-se nas seguintes palavras desta autora: «In natural language, the world tends to be categorized into a number of kinds, each kind characterized by, but not reducible to, a cluster of properties. If a speaker goes against this tendency and categorizes a person in terms of a single property, [...], he wants to stress, hyperbolically, the property in question, and his own emotional reaction to it; he wants to exaggerate that property, and to show that in his eyes it looks so large that it determines his way of seeing the referent, to the exclusion of other properties» (A. WIERZBICKA, *Idem*, p. 365).

relação de semelhança. Acresce que Nd pode possuir outras propriedades, periféricas ou idios-sincráticas, que o diferenciam de Nb, mas que não põem em causa a relação de parentesco que mantém com Nb.

Os substantivos que representam entidades ou objectos concretos apresentam propriedades mais linearmente quantificáveis do que os chamados substantivos abstractos. O grau de presença ou de plenitude da intensão de Nb é tanto mais facilmente avaliável ou até mensurável quanto Nd é apreendido como uma manifestação concreta duma propriedade (do facto de ser X). Nada interdita que lhe seja aplicada uma escala de medida, mas nestas circunstâncias é frequente que a avaliação qualitativa se sobreponha à meramente quantitativa.

Quando Nb designa um produto fabricado pelo homem, a operação de avaliação mais não faz do que singularizar um exemplar específico da classe designada por Nb, que se particulariza em relação a ela por uma propriedade específica. Como/quando ao Nb arquetipal se associa um bom estado de conservação, o facto de estar operacional ou funcionalmente capaz, a individualidade de Nd assenta na posse de dimensões não-médias, de um estado de conservação/operacionalidade atípico (*cadeireca; estantezita; livralhão; livrório; sapatorro; vinhaço*).

No caso de as bases serem designadores de seres vivos, humanos, animais, ou vegetais, são essencialmente de natureza configuracional (cor, dimensão, estatura, aspecto, forma) as propriedades afectadas pela avaliação não qualitativamente marcada.

Aos nomes-tipo de animais está associado o sema adulto, não enfermo, e animal macho (quando no singular e geralmente no masculino). Por isso, quando modificado diminutivamente, Nd designa animal pequeno, jovem, cria de Nb (*baleato, baleote*). Paralelamente, quando modificado aumentativamente, Nd designa animal de grande porte. Quando a base é marcada com o género feminino, e designa quer o macho, quer a fêmea, o derivado aumentativo funciona como designador do "macho de Nb" (*coirão, leirão*). O recurso ao sufixo aumentativo justifica-se pelo valor individualizante de *-ão*, como também pelo facto de os animais macho serem habitualmente de maior porte que as fêmeas respectivas.

Algo de semelhante se verifica com os nomes de ser humano não definidos pela actividade, profissão, cargo, ofício, estatuto, ou pela etnia. Quando Nb é um nome de ser humano definido pelo nível etário, pelo correspondente grau de desenvolvimento psico-somático, pelo grau de maturidade e/ou pelo sexo, os derivados diminutivos designam "Nd pequeno/jovem" (*catrai(oz)ito; garotito; menininho; rapariguinha*), e os aumentativos "Nd de grande estatura" (*garotão; homenzarrão; mulheraça; rapagão; rapazola*).

Quando os nomes de ser humano são definidos pela profissão, actividade, ofício, ocupação (*actor, advogado, cantor, carpinteiro, humorista, jogador, poeta, professor, sapateiro*), cargo (*director, presidente*), relação/grau hierárquica/o (*adjunto, assessor, chefe, coronel, empregado, funcionário, patrão*), ou pelo correspondente estatuto, condição social (*ministro, doutor, político*), a avaliação tende a incidir sobre as dimensões qualitativas associadas aos

nomes, mais do que sobre as dimensões atinentes à estatura ou configuração. Os derivados deste tipo modificados aumentativamente podem designar "grande/bom Nb" (*cantorção, patrãoção, pilotoção*) e modificados diminutivamente "Nb qualitativamente inferior" (*adjuntozinho, advogadito, doutorzinho, ministrozinho*). Mas o resultado da avaliação admite outras combinatórias, determinadas desde logo pelo semantismo da base e/ou do afixo.

Alguns nomes de ser humano, tais como *cómico, comediante, diplomata, farsante*, pres-tam-se a dois tipos de leitura, sendo em ambos os casos avaliáveis, mas de forma diversa. Quando denotam uma propriedade ou um conjunto de propriedades convencionalmente consi-deradas como características (do comportamento, hábitos, quadro de vida) dos indivíduos da classe por eles denominada, eles são interpretados atributivamente, ocorrendo então em con-texto do tipo "Nn SER (adv.) Predicativo" ("Nn SER muito *cómico, diplomata*"). Este uso predicativo da base não dá necessariamente azo à identificação de Nn, à classificação de Nn numa classe profissional (Nn pode ser muito diplomata, sem ser *um* diplomata). Quando esses nomes ocorrem no seguinte contexto "Nn SER (um) N", então é possível extrair inferên-cias relativamente à inclusão de N numa classe de hiperónimos ²¹, pelo que se trata de um nome de actividade, ocupação, profissão. Neste caso a avaliação pode processar-se afixal-mente ("Sn é um *super-comediante/comediantezinho*").

No caso dos derivados que têm por base nomes étnicos (*portuguesinho, japonésinho*), o que é avaliado é o conjunto de traços habitualmente associados à representação estereotípica do indivíduo-tipo identificado pelo adjectivo étnico homólogo. A categorização que os nomes étnicos operam assenta nas propriedades caracterizantes que, em função dos arquétipos cultu-rais em jogo, o adjectivo étnico veicula: o nome apresenta-se, assim, como uma substantivação de características mais ou menos convencionadas, e não tanto como um classificador ou cate-gorizador de pessoas ²². A avaliação pode incidir simultaneamente sobre o grau de intensida-de ou de qualidade com que essas características se manifestam.

Um caso particular de nomes de ser humano é o que tem por base antropónimos, usados como representantes de estereótipos culturais caracterizantes de um determinado tipo de indiví-duos. Também neste caso (*donjuanzinho; maquiavelzinho; adelaíndinha; aninhas* ²³), em que

21. Cf. M. RIEGEL, *L'adjectif attribut*, cap. VI, §3.

22. Os adjectivos étnicos evocam, para além do lugar de origem, um conjunto de características que não são resumíveis a um simples traço de etnicidade. Por isso, ao serem substantivados ("os orientais", "os nórdi-cos"), eles adquirem uma força categorizadora que o adjectivo não possui. Como afirma Anna Wierzbicka, «an adjective can be used as a noun if, for cultural reasons, the property described by this adjective is seen as constituting a type [...] an adjective [...] used as a noun acquires immediatly the force of a label ('a kind of')». [...] «The adjective specifies one feature (ethnicity). The noun categorizes the person» (Anna WIERZBICKA, *What's in a noun? (or: how do nouns differ in meaning from adjectives?)*. In: *Studies in Language*, vol 10, nº 2, 1986, p. 359, p. 362 e p. 378-380).

23. Segundo Heinz KRÖLL, *O eufemismo e o disfemismo no português moderno*. Lisboa, I.C.A.L.P., 1984, p. 107, *adelaíndinha* e *aninhas* são designações para indivíduos efeminados.

Nb denota um conjunto de propriedades consideradas características dos indivíduos cujo carácter, comportamento, modo de ser, se assemelham ao do indivíduo único a que primitivamente o antropónimo se refere, a avaliação é de natureza essencialmente qualitativa, e incide sobre as propriedades que conferem ao nome o seu valor predicativo ²⁴.

Quando as bases são nomes de atributos ou de predicação, formas nominais de caracterização que se atribuem como atributos a seres humanos, a avaliação afecta simultaneamente a natureza quantitativa e qualitativa de Xb. A avaliação incide sobre o grau de intensidade e/ou de perfectibilidade que caracteriza a existência, o modo de manifestação, ou de ocorrência duma propriedade, dum atributo (*crapulazinho; idiotazinho; imbecilzinho; imbecilóide; maluquinho; patifezinho; patifório; vigaristazinho* ²⁵).

Estes substantivos resultam da conversão dos adjectivos homónimos que lhes servem de base e, tal como estes, admitem uma significativa gama de variação que pode ser expressa sufixalmente, prefixalmente, ou adverbialmente. Trata-se, no fundo, de adjectivos usados com valor substantivo. Opera-se uma transformação da propriedade adjectiva em elemento de identificação, pelo que a denominação ("Nn SER um N") passa a fazer-se com base em (uma) propriedade(s) dominante(s).

Quando as bases são "nomina essendi", ou "nomina actionis" deverbais, a avaliação afecta o grau de intensidade e/ou de perfectibilidade que caracteriza a existência, o modo de manifestação, ou de ocorrência da propriedade que lhes serve de base (*abundanciazinha; modestiazinha; amabilidadezinha; caridadezinha; sinceridadezinha; vaidadezinha*), ou o grau de perfectibilidade com que é executada a acção de V conducente ao "nomen actionis", ao resultado da acção (*adulçãozinha, separaçãozinha, operaçãozinha*).

Com bases que representam seres humanos adultos identificados pelas suas relações familiares, os derivados são interpretados como manifestações da empatia ou da proximidade afectiva do falante; através dos sufixos diminutivos (*avozinho, paizinho*) ou dos aumentativos (*paizão*) se avalia a intensidade/a qualidade da relação subjectivo-afectiva que o falante mantém com o designado. O mesmo se aplica aos derivados hipocorísticos que têm por base nomes próprios (*Man[u]elzito, Joãozinho, Mariazinha, [Joa]quinzote, [Jo]zezito*). Usados predominantemente na linguagem familiar, estes produtos podem também reflectir uma relação hierárquica entre subordinado e subordinante.

A natureza da polaridade axiológico-afectiva duma sequência tem repercussões

24. Cf. M. RIEGEL, *L'adjectif attribut*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985, p. 191-205.

25. Estes nomes, que designam qualidades graduáveis mais ou menos insultuosas geralmente atinentes aos seres humanos, têm valor referencial quase nulo, não sendo capazes de representar um segmento discreto da realidade. Identificando um ser humano pela propriedade que lhe atribuem, são essencialmente avaliativos (cf. Cf. René RIVARA, *Le système de la comparaison*, §4.4.1.1.).

perlocutórias óbvias no interlocutor.

LAC A razão pela qual o recurso à manifestação da subjectividade (afectividade, valores axiológicos) se revela um expediente razoavelmente eficaz prende-se com a própria natureza dos critérios envolvidos. o facto de serem ocultados os parâmetros de valor do falante.

em nome do espírito de cooperação, é de rever que a eficácia do uso de x seja total; se assim não for, o utente reforça os seus argumentos, o seu ponto de vista, explicitando os seus critérios de avaliação.

São de natureza essencialmente semântica, categorial e sintáctica as funções habitualmente atribuídas adstritas aos afixos derivacionais. Mas para além da capacidade/do poder informativa, cognitiva, referencial, Todavia, a natureza das funções por estes desempenhadas transcende largamente/não se esgota as dimensões informativas, cognitivas, referenciais, predicativas, modificativas, assinaladas.

Alguns operadores afixais desempenham um papel determinante na instanciação de funções ilocutórias diversas, cuja análise importa empreender.

Joaquim FONSECA, *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do português*. Porto, Porto Editora, 1994 [O lugar da pragmática na teoria e na análise linguísticas. p. 95-104]

É actualmente incertonável que «a estrutura da língua incorpora as condições do seu uso» (100), «a língua apresenta-se como um sistema de virtualidades que integra em si mesmo o processo que é o seu próprio funcionamento» (100-101)

«as dimensões pragmáticas da significação estão inscritas, pré-formadas na língua» (100)
as dimensões pragmáticas da significação inscrevem-se na própria estrutura organizativa /interna da língua. concepção integrada (e não aditiva) da pragmática na semântica

Fernanda Irene FONSECA, *Gramática e pragmática. Estudos de linguística geral e de linguística aplicada ao ensino do português*. Porto, Porto Editora, 1994

«a dimensão pragmática da língua está presente na sua gramática» (134)
as regras de funcionamento da língua, como formulações da sistematicidade dinâmica que viabiliza a comunicação-interacção, constituem instruções que configuram a actividade linguística

linguagem como estrutura/sistema e linguagem como acção/funcionamento do sistema

o sistema formal é o resultado do uso da língua

estrutura formal e funcionamento pragmático

A significação das bases lexicais é ela própria compósita, multidimensional. A

significação das bases lexicais não é nem monodimensional, nem unívoca nem fechada. Além das dimensões intensional e extensional da significação das palavras, e das informações de natureza diversa (enciclopédica, referencial, estereotípica, simbólica) a ela associadas, esta comporta ainda significações avaliativas, culturalmente condicionadas/determinadas, que a marcam positiva, negativamente ou bivalentemente, perspectivando-se como neutrais relativamente ao sentido da avaliação que sobre elas culturalmente recai.

são da responsabilidade do sujeito de enunciação:

— a estrutura e organização temática e informacional seleccionadas, a textualização das mesmas,

— a estrutura informacional seleccionada para uma dada estrutura temática (os tópicos), a progressão temático-informacional escolhida, as predicções instanciadas as descrições e predicções dos estados de coisas a que o acto de fala se reporta
relação entre **motivação**, **finalidade** e realização/recursos/**instanciação**

. representação apreciativa ou depreciativa vs relação ou atitude apreciativa ou depreciativa

Cf.: «é bonito, lindo, mas não me agrada, atrai, não faz o meu género»; Em «com uma informaçãozeca de nada prestou-lhe uma ajuda imensa», não obstante a real ou aparente desqualificação ou distanciamento em relação a Xd, a atitude do locutor é de empatia/apreço em relação à eficácia de Xd; o inverso se verifica em «uma dinheirama tão mal empregue!», já que à avaliação positiva de Xd corresponde uma atitude censória relativamente à sua má utilização.